

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE OLEIROS



RELATÓRIO AMBIENTAL

JANEIRO 2015



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Escola Superior Agrária



FICHA TÉCNICA

CLIENTE Câmara Municipal de Oleiros

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO

Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano
Diretor Municipal de Oleiros

VERSÃO DO DOCUMENTO Versão Final

AUTORES

Luís Quinta-Nova | Engenheiro Biofísico

Paulo Gomes | Engenheiro Agrónomo

Natália Roque | Eng.^a das Ciências Agrárias - Engenharia Rural e Ambiente

DATA Janeiro de 2015

ÍNDICE GERAL

1	INTRODUÇÃO	3
2	ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA	5
2.1	Enquadramento Geográfico	5
2.2	Enquadramento Legal e Disposições Regulamentares	5
2.3	Objetivos	7
2.4	Metodologia	8
3	CONSULTAS	11
4	OBJECTO DE AVALIAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE OLEIROS	13
4.1	Objecto de Avaliação	13
4.2	Enquadramento da Proposta de Revisão do Plano Director Municipal	16
4.3	Relação com outros IGT	19
5	ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	20
5.1	Quadro de Referência Estratégico	20
5.2	Fatores Ambientais	21
5.3	Fatores Críticos para a Decisão	21
5.3.1	FCD: Gestão da Estrutura Ecológica	23
5.3.2	FCD: Ordenamento do Território	28
5.3.3	FCD: Qualidade Ambiental e Riscos Naturais	43
5.3.4	FCD: Desenvolvimento Regional e Local	50
5.3.5	FCD: Paisagem e Património Cultural	60
5.4	QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO	64
6.	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL	65
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	BIBLIOGRAFIA	70

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório Ambiental da proposta de Revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Oleiros e foi elaborado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Segundo a alínea a) do n.º 1 do art. 3.ª do D.L. n.º 232/2007 de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, estão sujeitos a avaliação ambiental “os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos...”, onde se incluem os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e respetivas revisões. É neste âmbito que se realiza a presente Avaliação Ambiental Estratégica.

Para a sua elaboração foram seguidas as orientações do “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas” da Agência Portuguesa do Ambiente (2007). De acordo com o referido Guia, no Relatório Ambiental serão identificadas as potencialidades do PMOT que possam contribuir para uma melhoria das condições ambientais e de sustentabilidade e pela identificação e prevenção de ações que possam causar impactes negativos.

O presente Relatório Ambiental está organizado em sete capítulos.

No primeiro, intitulado Enquadramento, Objetivos e Metodologia, é feito o enquadramento legal da AAE e as disposições regulamentares relativas ao conteúdo do relatório, descritos os fundamentos técnicos e os objetivos e enunciada a metodologia adotada para a sua concretização.

No segundo capítulo, intitulado Descrição do Objeto de Avaliação, são apresentados os fundamentos do plano, bem como a justificação para a sua revisão, os seus objetivos e horizonte temporal e o conteúdo do mesmo.

No terceiro capítulo, intitulado Fatores Críticos para a Decisão, são apresentadas as Questões Estratégicas (QE), os Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes (FASR), o Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE) e ainda os critérios e os indicadores de avaliação.

No quarto capítulo, intitulado Avaliação de Impactes de Natureza Estratégica, é analisada, para cada FCD e respetivos critérios, a situação atual e tendências de evolução, identificados os efeitos decorrentes da implementação do plano, avaliadas as opções estratégicas do plano, enunciadas as vantagens e desvantagens das opções estratégicas e formuladas as diretrizes que visam minimizar os impactes negativos e potenciar as oportunidades decorrentes do plano.

No quinto capítulo, intitulado Programa de Avaliação e Controlo Ambiental, apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e seguimento da componente ambiental,

representando o modo como a AAE se deverá manter ativa para apoiar a implementação do plano, nomeadamente, através da definição de indicadores e parâmetros monitorização e avaliação do desempenho ambiental.

No sexto capítulo é realizada uma síntese dos resultados da avaliação ambiental desenvolvida para a totalidade dos fatores críticos considerados.

No sétimo e último capítulo são apresentadas as conclusões da AAE.

2 ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA

2.1 Enquadramento Geográfico

O concelho de Oleiros pertence ao distrito de Castelo Branco e integra-se na região Centro (NUT II), mais concretamente na Sub-região do Pinhal Interior Sul (NUT III). Ocupa uma área de 47109 ha, sendo constituído por 12 freguesias: Álvaro, Amieira, Cambas, Estreito, Isna, Madeirã, Mosteiro, Oleiros, Orvalho, Sarnadas de São Simão, Sobral, Vilar Barroco.

Faz fronteira a nordeste com o município do Fundão, a leste por Castelo Branco, a sul por Proença-a-Nova, a sudoeste pela Sertã e a noroeste por Pampilhosa da Serra (Figura 1).



Figura 1 - Enquadramento do concelho de Oleiros

2.2 Enquadramento Legal e Disposições Regulamentares

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional as Directivas n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e n.º 2003/35/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Maio, veio estabelecer o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, nomeadamente os Planos Directores Municipais enquanto instrumentos de ordenamento urbano e rural ou de utilização dos solos, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente.

A avaliação ambiental consiste, segundo a alínea a) do artigo 2.º do referido Decreto-Lei, na identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes do plano, sendo

realizada durante as fases de preparação e elaboração e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a uma eventual ratificação. Concretiza-se através da elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, junto das entidades a quem possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, pressupondo a ponderação dos resultados obtidos na decisão final e a sua divulgação pública.

A determinação do âmbito da avaliação a realizar, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a considerar, são da competência da Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela elaboração da Revisão do PDM. No entanto, esta deve solicitar às entidades a quem, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, um parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental. De entre estas entidades, salienta-se a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Administração Regional de Saúde do Centro.

O relatório ambiental deverá identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do PDM, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Este relatório deverá incluir os seguintes elementos:

- A descrição geral do conteúdo e dos principais objetivos do plano e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o PDM;
- Os problemas ambientais pertinentes para o plano, incluindo os relacionados com as zonas de especial importância ambiental; Os objetivos ambientais pertinentes a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos foram considerados na sua preparação; Os eventuais efeitos significativos no ambiente com a aplicação do plano (secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos) em aspetos relacionados com a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados; As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano; As razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das

informações necessárias; Uma descrição das medidas de controlo previstas para identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Refere-se ainda no ponto 2 do artigo 6.º do referido Decreto-Lei, que o relatório ambiental inclui as informações que sejam razoavelmente consideradas como necessárias para a avaliação ambiental, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis e o conteúdo e o nível de pormenor do plano:

- O relatório ambiental, juntamente com o projeto de PDM, deverá ser submetido à apreciação por parte das entidades relevantes, atrás referidas, as quais se pronunciam sobre os mesmos no prazo de 30 dias, bem como a consulta pública, com uma duração não inferior a 30 dias, devendo esta ser publicitada através dos meios eletrónicos e da publicação, em pelo menos duas edições sucessivas, de um jornal de circulação local ou regional, caso seja justificado.

Após a aprovação do PDM, a Câmara Municipal deverá remeter à Agência Portuguesa do Ambiente uma declaração ambiental, da qual conste:

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Director Municipal; As observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respetiva ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações;
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração; As medidas de controlo previstas com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

2.3 Objetivos

A AAE tem como objetivos globais (Partidário, 2007):

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Assim, com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

De uma forma geral, a AAE desenvolve-se em diversos momentos: a fase de definição do âmbito da avaliação ambiental; a fase de elaboração do Relatório Ambiental (correspondente à presente análise) que deve integrar as informações ambientais relevantes para que possa ser realizada a análise ambiental do Plano; a realização de consultas a entidades e a ponderação de resultados no “desenho” final do Plano; e um último momento onde se submete à consulta e divulgação pública da informação respeitante à decisão final.

De acordo com o artigo 5.º da Directiva 2001/42/CE, sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

2.4 Metodologia

Uma vez que a Revisão do PDM de Oleiros está já na sua fase final, a metodologia da AAE não poderá adotar integralmente a metodologia preconizada na literatura especializada, nomeadamente a avaliação de cenários e propostas alternativas.

Sendo assim, e tendo por base o enquadramento legal e as considerações prévias sobre a avaliação ambiental estratégica formulados nos pontos anteriores, a metodologia de AAE incluirá 2 componentes fundamentais: uma componente de análise e avaliação técnica e uma componente de participação e envolvimento de agentes, incluindo a consulta de autoridades em áreas relevantes para a AAE no processo.

Na **Figura 1** são identificadas as fases essenciais da AAE e a sua articulação com as diferentes fases do processo de revisão do PDM.

Para a elaboração dos relatórios ambientais a integrar na Revisão do Plano Director Municipal de Oleiros serão seguidas as orientações do “Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas” da Agência Portuguesa do Ambiente (2007) e do “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

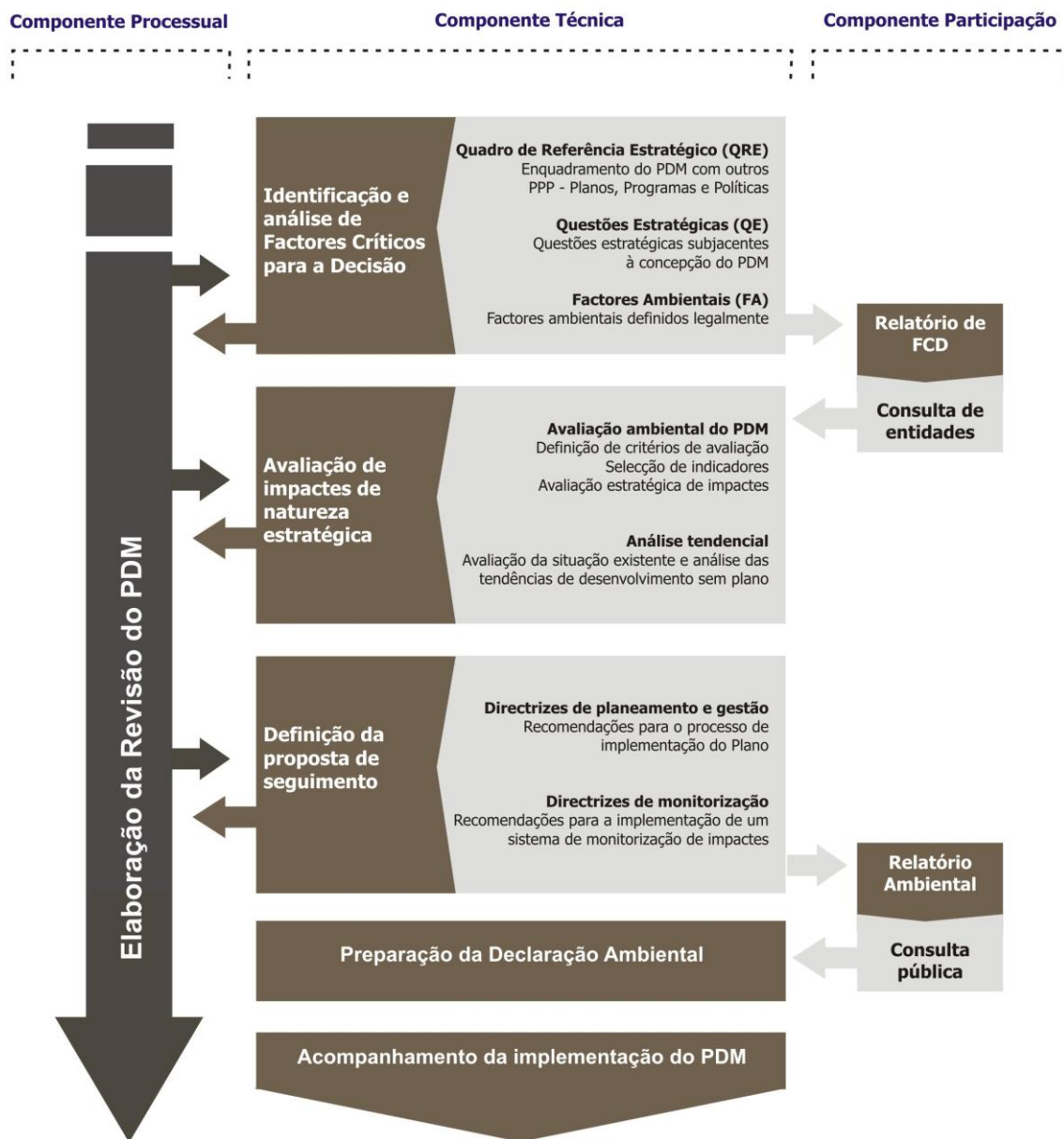


Figura 2 - Esquema metodológico para a elaboração da AAE.

A metodologia adotada para a caracterização de cada um dos FCD definidos no âmbito do presente Relatório Ambiental, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Análise da situação existente e das principais tendências;
- Efeitos esperados e avaliação de oportunidades e riscos;
- Proposta de diretrizes de seguimento (planeamento, monitorização e gestão);
- Quadro de governança para a ação.

Na análise da situação de referência e das principais tendências, associada a cada um dos FCD, recorreu-se a uma análise do tipo SWOT, pretendendo-se efetuar um diagnóstico geral das

características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades.

No caso do PDM de Oleiros, importa referenciar que o surgimento da obrigatoriedade legal de aplicação da AAE foi suscitada numa fase avançada da elaboração deste instrumento de gestão territorial, aguardando o parecer das entidades para ser submetido a consulta pública. Desta forma a abordagem metodológica mais estratégica que tem surgido como referência deve ser devidamente integrada com as metodologias alternativas existentes.

3 CONSULTAS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projeto de plano ou programa e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação. A primeira consulta teve lugar aquando da apresentação do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão.

As entidades consultadas e que emitiram parecer, no âmbito do RFC, encontram-se listadas no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Entidades Consultadas para parecer do RFC da proposta de revisão do PDM de Oleiros

Entidade Consultada	Resposta (S/N)	Comentário (S/N)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	S	S
Agência Portuguesa do Ambiente	S	S
Instituto da Água, I.P.	S	S
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P	S	S
EDP Distribuição - Energia S.A.	S	S
Instituto do Desporto de Portugal, I.P.	S	S
Turismo de Portugal. I.P.	S	S

No **Quadro 2** apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres efetuados pelas entidades consultadas. Todos estes pareceres mereceram especial atenção e foram tidos em consideração na elaboração do presente relatório.

Quadro 2 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas.

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto(s) Abordado(s)
<p>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura apresentada para a determinação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) não descreve o objeto da avaliação, referindo apenas os objetivos identificados na Proposta de Revisão do PDM de Oleiros. • O Quadro de Referência Externa acolhe os principais elementos de referência que consolidam o modelo de sustentabilidade que serve de suporte ao Relatório Ambiental, não sendo apresentados, no entanto, instrumentos de escala municipal com cariz estratégico para o concelho. • Sugere-se que no Quadro de Referência Estratégico (QRE) seja considerado o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo, Estratégia Nacional para a Energia e Plano Sectorial PRN 2000. • No FCD “Gestão da Estrutura Ecológica” deve ser esclarecido o alcance da referência à Rede Ecológica Municipal. • Deverão ser evidenciados os Fatores Ambientais relevantes, melhorada a descrição dos FCD e a sua harmonização com o Quadro Estratégico de Revisão do PDM • Os FCD devem ser traduzidos por objetivos de sustentabilidade e indicadores.
<p>Agência Portuguesa do Ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi entendimento da APA que a entidade melhor vocacionada para emitir um parecer seria a CCDR do Centro, em virtude das suas atribuições regionais.
<p>Instituto da Água, I.P.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Instituto da Água, I.P. entende que a sua participação nos processos de AAE se deverá restringir aos planos de nível nacional e regional, programas setoriais e aos planos especiais de ordenamento do território. Considera, ainda, que a Administração de Região Hidrográfica do Tejo (ARH) é a entidade com competência para a emissão do parecer.
<p>Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá ser apresentada cartografia e outras peças desenhadas de apoio à decisão, de modo a permitir uma apreciação global e integrada dos espaços em apreço. • As propostas deverão seguir as orientações do Plano Nacional da Água, Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de águas Residuais.
<p>EDP Distribuição - Energia S.A.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A viabilidade de ligação de novos parques eólicos terá que ser solicitada à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a quem compete a atribuição de novos pontos injetores.
<p>Instituto do Desporto de Portugal, I.P.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em resultado da apreciação do Relatório dos FCD não foi suscitada nenhuma objeção à emissão de um parecer favorável.
<p>Turismo de Portugal. I.P.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as referências ao Turismo da Natureza que, num concelho com as características ambientais e paisagísticas como o de Oleiros, se apresenta como um produto estratégico de excelência.

4 OBJECTO DE AVALIAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE OLEIROS

4.1 Objecto de Avaliação

Constitui objeto de avaliação do presente relatório a **proposta de Revisão do PDM de Oleiros**. Em conformidade com o artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro), os planos municipais de ordenamento do território estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental.

Relativamente à proposta de revisão do PDM de Oleiros, quando da elaboração do RFC, identificaram-se as seguintes **questões estratégicas**:

- 1) **Estagnação do decréscimo populacional** com o estabelecimento de condições de atração e fixação de população através da criação de melhores condições de vida à população atual e futura.

A concretização do objetivo de mitigar a permanente tendência de decréscimo populacional deverá atender a dois fatores determinantes no desenvolvimento de Oleiros: **acessibilidade e turismo**.

As **acessibilidades são decisivas no desencravamento e na articulação deste espaço**, revelando-se como fundamentais os eixos rodoviários de atravessamento, sobretudo os que possam contribuir para a sua estruturação urbana. A importância da consolidação do eixo de pequenos centros é fundamental para a estruturação da parte sul desta região, designadamente a **Estruturação das novas relações urbano-rural**, fazendo com que este espaço reforce articulações que lhe sejam favoráveis com o eixo Pombal/Leiria, Coimbra, Viseu, Castelo Branco e com os centros urbanos do Médio Tejo.

O aproveitamento turístico dos recursos endógenos contribuirá para desenvolvimento económico e social, tais como a existência de condições naturais (paisagem, recursos hídricos, potencial de energia eólica e biomassa), de três praias fluviais, do fator “ruralidade” cada vez mais valorizado, de património gastronómico e tradição da produção artesanal, pela integração no primeiro geoparque do país (Geoparque da Meseta Meridional - Naturtejo), pela integração de Álvaro na Rede de Aldeias de Xisto, entre outros.

- 2) **Valorização dos recursos endógenos**, implicando a proteção contra o risco de incêndio, a valorização, o planeamento e a gestão sustentável dos recursos florestais e a valorização dos recursos naturais (paisagem, recursos hídricos, potencial de energia eólica e da biomassa);

- 3) **Dinamização da base económica local**, através da promoção da qualidade de vida dos seus habitantes, da criação de oportunidades de emprego, da tentativa de fixação de recursos jovens qualificados, com a criação de melhores condições à implementação de atividades industriais, assim

como de um aproveitamento integrado e sustentado dos seus recursos ambientais e patrimoniais, numa lógica de valorização turística-económica dos mesmos;

- 4) **Promoção turística dos recursos naturais e patrimoniais**, retirando partido de alguns pontos fortes como a extensão territorial, a proximidade ao mercado espanhol e a centralidade geográfica, que associados ao novo quadro de acessibilidades esperado, poderão favorecer fortemente este concelho;
- 5) **Garantia de qualidade de vida**, assegurando disponibilidade de infraestruturas e equipamentos e níveis elevados de serviços de às populações, associando soluções inovadoras na programação e gestão de equipamentos, na estruturação de povoamento assente em pequenos aglomerados relativamente isolados e na qualificação dos recursos.

Para além das questões estratégicas, no PDM de Oleiros são apresentados três **eixos estratégicos de desenvolvimento**, que visam não só a mitigação dos bloqueios identificados, como também uma enfatização das potencialidades do concelho, que possam permitir um desenvolvimento sustentável, e uma maior qualidade de vida aos habitantes de Oleiros.

Os **três eixos estratégicos** que enquadram o desenvolvimento são:

I - Melhoria das Condições de Bem-estar

A melhoria das condições de bem-estar através do desenvolvimento e/ou beneficiação de um conjunto de equipamentos de utilização coletiva, nomeadamente de educação saúde, segurança social, desporto, cultura e lazer e de proteção civil.

II - Dinamização da Economia Local

A dinamização da base económica passará pela potenciação turística integrada tendo por base o princípio fundamental da sustentabilidade. O desenvolvimento turístico propiciará o desenvolvimento de atividades complementares, geradoras de emprego e riqueza.

O Eixo II incide sobre a dinamização do turismo e aos clusters das energias alternativas e da floresta.

III - Valorização Territorial e dos Recursos

Este Eixo integra os projetos que têm como objetivo a valorização e aproveitamento sustentado dos recursos naturais, a qualificação dos ambientes urbano e rural e o ordenamento do território municipal. A melhoria das condições de mobilidade interna e externa (rede viária e transportes), bem como a melhor dotação e funcionalidade das infraestruturas urbanas.

Segundo o mesmo PDM, o desenvolvimento dos Eixos Estratégicos passará por um conjunto de ações/projetos que, associados às condições existentes (recursos naturais, patrimoniais e de lazer, dotação de equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas, etc.), deverão garantir e conduzir à concretização da estagnação do decréscimo demográfico.

Foram definidos os seguintes seis projetos/ações emblemáticos e de alavancagem do desenvolvimento:

- Integração de Oleiros no **Geopark Naturtejo**;
- Integração da Aldeia de Álvaro na **Rede de Aldeias de Xisto**;
- Aposta nos **clusters “Eólicas” e “Floresta”**;
- **Novas acessibilidades** (a Estrada Oleiros-Cambas; o IC entre Oleiros e Castelo Branco; a EN351 entre Isna de Oleiros e Pontão do Laranjeiro (IC8) - Proença-a-Nova; e a Via Rápida do Pinhal)
- A Feira do Pinhal
- A Hotel de Santa Margarida.

Complementarmente, a autarquia possui um amplo conjunto de projetos/programas em implementação e novos projetos/intenções que a seguir se listam, enquadrados pelos três eixos estratégicos de desenvolvimento referidos anteriormente.

EIXO ESTRATÉGICO I - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE BEM-ESTAR

- Implementação da Carta Educativa.
- Rede de transportes escolares.
- Escola de Artes e Ofícios.
- Implementação do Programa Rede Social.
- Ocupação de Tempos Livres – 3.ª Idade.
- Rede de apoio domiciliário integrado com viatura de assistência móvel.
- Construção de recinto multiusos para eventos socioculturais.
- Recuperação de antigas escolas do 1.º CEB.
- Criação do “Museu da Floresta”.
- Reabilitação de património religioso.
- Construção do Campo de Feiras e Mercados.
- Requalificação do Edifício Paços do Concelho.
- Delimitação de uma Área de Regeneração Urbana e criação de uma Operação de Regeneração Urbana.
- Criação de Loteamento de S. Sebastião.

EIXO ESTRATÉGICO II - DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

- Central de Biomassa.
- Projeto industrial para aproveitamento de resíduos de biomassa.
- Piscicultura.
- Requalificação das zonas industriais do concelho.
- Projeto “Moinhos de Água”.

- Quintas Pedagógicas Rurais.
- Recuperação de Aldeias de Xisto.
- Espaços públicos das Aldeias de Xisto.
- Projeto de conceção de sinalética.
- Promoção de produtos regionais (artesanato e gastronomia).
- Fortalecer relações com a Região de Turismo dos Templários.
- Introdução crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação.
- Criação do "museu da Montanha".
- Reabilitação do Mercado Municipal.
- Construção de uma Incubadora de empresas.
- Construção do centro de coordenação de transportes públicos.

EIXO ESTRATÉGICO III - VALORIZAÇÃO TERRITORIAL E DOS RECURSOS

- Horto Municipal.
- Requalificação de Equipamentos Urbanos.
- Construção de reservatórios de água para combates a incêndios.
- Projeto Ribeira Limpa.
- Implementação de redes de percursos pedestres.
- Recuperação das praias fluviais.
- Agenda 21 local.
- Criação de um centro de recepção de veículos em fim de vida.
- Definição de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. (Definição de 4 UOPG para a qualificação de determinadas áreas, nomeadamente aglomerados e zonas particularmente de interface entre a ocupação humana e o espaço natural).
- Expansão da rede de parques eólicos.
- Construção de unidade de saúde mental.

4.2 Enquadramento da Proposta de Revisão do Plano Director Municipal

Para além dos propósitos subjacentes ao conceito global de PDM, definiram-se como principais objectivos gerais para a revisão do PDM de Oleiros:

- a) Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) hierarquicamente superiores que abrangem o concelho, nomeadamente com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul, o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo e o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouçã e Santa Luzia.

- b) Agilizar a gestão do Plano Director Municipal e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais em vigor ou em elaboração, nomeadamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Municipal de Emergência;
- c) Ajustar o Plano à realidade do concelho, nomeadamente através da actualização do seu conteúdo, da correcção de situações desadequadas e do enquadramento de novos investimentos programados;
- d) Especificar um modelo estratégico de actuação que estabeleça acções distintas para a promoção de um desenvolvimento sustentado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- e) Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa óptica de contenção, e promover a requalificação de alguns aglomerados, propondo, sempre que se justifique, a criação de espaços verdes e de novas áreas de equipamentos de utilização colectiva;
- f) Rever os princípios e regras de preservação do património cultural, e promover núcleos históricos, procurando assegurar a defesa do património edificado do concelho;
- g) Apostar no sistema multifuncional rural visando a articulação entre a produção florestal, a produção agrícola e o elevado potencial cinegético e pecuário da região;
- h) Repensar a estratégia de ordenamento florestal do concelho, apostando na sua diversificação ainda que assente na produção lenhosa, condicionando a ocupação urbana em áreas rurais e isoladas e regulamentando de forma conveniente as ocupações e utilizações possíveis em espaço florestal;
- i) Preservar a albufeira de Cabril como reserva estratégica de água mas apostando noutros usos compatíveis nomeadamente o turístico;
- j) Rever os princípios e regras de conservação da natureza, através da adequação das restrições e permissões das ocupações e utilizações nas áreas rurais, por forma a preservar o ambiente e o património natural e paisagístico do concelho;
- k) Promover a diversificação das actividades base da estrutura económica, através do fomento funcional do concelho, apostando em áreas como o turismo, a produção florestal (actividade já implantada no concelho), assim como a dinamização de actividades tradicionais;
- l) Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais adequados ao desenvolvimento do concelho;
- m) Proceder à reestruturação da Rede Viária tendo em consideração o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento;
- n) Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos, evitando descontinuidades territoriais;
- o) Adequar o PDM à nova legislação em vigor.

Conforme estabelecido no artigo 3.º da sua proposta de Regulamento, o PDM de Oleiros é constituído pelos seguintes documentos fundamentais:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, à escala 1: 25000;
- c) Planta de Ordenamento - Áreas de risco ao uso do solo, à escala 1: 25000;
- d) Planta de Condicionantes, à escala 1: 25000;
- e) Planta de Condicionantes Anexa - Reserva Agrícola Nacional, à escala 1: 25000;
- f) Planta de Condicionantes Anexa - Reserva Ecológica Nacional, à escala 1: 25000;
- g) Planta de Condicionantes Anexa - Defesa da Floresta contra Incêndios, à escala 1: 25000.

Acompanham o Plano:

- a) Relatório de Proposta e peças desenhadas respectivas:
 - i) Estrutura Ecológica Municipal, à escala 1:50000
 - ii) Rede Rodoviária – Hierarquização funcional proposta, à escala 1: 50000;
- b) Programa de Execução;
- c) Relatório de Compromissos Urbanísticos;
- d) Mapa de Ruído;
- e) Carta Educativa;
- f) Relatório Ambiental;
- g) Relatório de Ponderação da Discussão Pública;
- h) Estudos de Caracterização e peças desenhadas respectivas:
 - i) Planta de Enquadramento, à escala 1:500000;
 - ii) Planos, Compromissos e Intenções, à escala 1:25000;
 - iii) Análise Biofísica - Declives, à escala 1:50000;
 - iv) Análise Biofísica - Valores Naturais, à escala 1:50000;
 - v) Ocupação do Solo - Situação Existente, à escala 1: 50000;
 - vi) Valores Culturais, à escala 1:25000;
 - vii) Rede Rodoviária - Estrutura e Hierarquização Actuais, à escala 1: 50000;
 - viii) Rede Rodoviária – Inventário Físico, à escala 1:50000;
 - ix) Equipamentos Colectivos, à escala 1:25000;
 - x) Riscos Naturais e Tecnológicos, à escala 1: 25000;
 - xi) Infraestruturas Urbanas - Rede de abastecimento de água, à escala 1:50000;
 - xii) Infraestruturas Urbanas - Rede de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, à escala 1:50000;
 - xiii) Infraestruturas Urbanas - Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, à escala 1:50000.

4.3 Relação com outros IGT

O Plano Diretor Municipal de Oleiros articula-se com os seguintes instrumentos de gestão territorial:

- a) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro, e pela Declaração de Rectificação n.º 103-/2007, de 2 de Novembro);
- b) Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2002, de 13 de Maio);
- c) Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (Decreto Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de Dezembro);
- d) Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul (Decreto Regulamentar n.º 8/2006, de 19 de Julho);
- e) Plano de Pormenor da Zona Industrial de Açude Pinto (Declaração n.º 2/98, de 3 de Janeiro);
- f) Plano de Pormenor da Zona Industrial de Alverca (Portaria n.º 838/98, de 1 de Outubro).

5 ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

5.1 Quadro de Referência Estratégico

O QRE reúne, segundo Partidário (2007), “os macro-objetivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível internacional, europeu e nacional que são relevantes para avaliação e são exigidos legalmente, bem como as ligações a outros planos e programas com os quais o objeto de avaliação em AAE estabelece relações”.

Como tal, listam-se de seguida no **Quadro 3** as Políticas, Planos e Programas (PPP) de referência europeia, nacional e regional na área do Ambiente e Sustentabilidade, com incidência no município de Oleiros.

Quadro 3 - Instrumentos que enquadram a elaboração da proposta de Revisão do PDM de Oleiros

INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA EUROPEIA
Agenda Territorial da União Europeia Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia Estratégia Europeia para a Conservação da Biodiversidade Protocolo de Quioto e Acordo de Partilha de Responsabilidades da União Europeia
INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA NACIONAL
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ENCNB Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS Estratégia Nacional para as Florestas - ENF Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais Estratégia Nacional para a Energia Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais - PEAASAAR II Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II - PERSU II Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) Plano Sectorial PRN 2000 Plano Nacional da Água Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (2008-2012) - PNALE II Plano Nacional para as Alterações Climáticas 2006 - PNAC 2006 Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOP Portugal 2020
INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA REGIONAL
Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro - PROT-C Plano de Ação Regional (2014-2020)/ Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3)/ Centro 2020 (2014-2010) Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (em revisão)

Relativamente a planos de natureza municipal, há a considerar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Municipal de Emergência e o Plano Estratégico do Concelho de Oleiros.

5.2 Fatores Ambientais

No D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, são estabelecidos Fatores Ambientais (FA) que devem ser considerados enquanto passíveis de sofrer efeitos significativos, decorrentes da Implementação das estratégias propostas no âmbito Revisão do PDM de Oleiros, “incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos”.

Os fatores ambientais que estão definidos na alínea e) do n.º 1 do art. 6.º do D.L. referido no parágrafo anterior são: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico e a paisagem.

5.3 Fatores Críticos para a Decisão

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

A definição dos FCD resultou, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do Quadro de Referência Estratégico (QRE) preconizado e os Objetivos Estratégicos (QE) inerentes à proposta de revisão do PDM de Oleiros. Neste contexto, foram desenvolvidas tabelas de dupla entrada, onde se analisaram as relações de conflito e/ou complementaridade existentes. Da análise das relações existentes nas tabelas de dupla entrada, e da integração dos fatores ambientais (FA) legalmente estabelecidos, resultaram cinco Fatores Críticos de Decisão que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base à identificação de oportunidades e riscos (**Figura 3**).

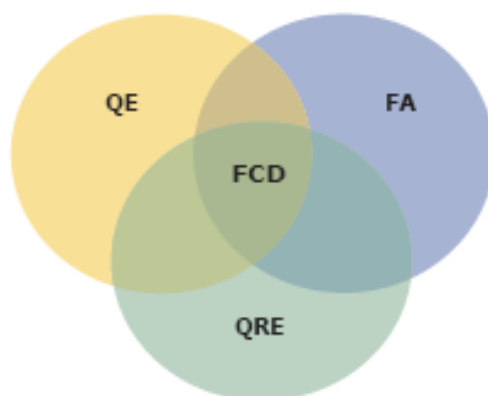


Figura 3 - Esquema simplificado da integração dos diferentes domínios na definição dos FCD

Fonte: Partidário (2007)

Neste contexto, os FCD identificados, para a proposta de revisão do PDM de Oleiros, foram a “Gestão da Estrutura Ecológica”, o “Ordenamento do Território”, a “Qualidade Ambiental e Riscos Naturais”, o “Desenvolvimento Regional e Local” e a “Paisagem e Património Cultural”.

Da análise de cada um dos FCD, resultou a identificação de diferentes domínios, objetivos de sustentabilidade e indicadores que contribuirão para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da revisão do PDM de Oleiros, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

Conforme referido anteriormente, a metodologia adotada, para cada FCD, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Análise da situação existente e das principais tendências;
- Efeitos esperados e avaliação de oportunidades e riscos;
- Diretrizes para seguimento;
- Quadro de Governança para a ação.

De modo a verificar o grau de convergência dos FCD com os factores ambientais, definidos na alínea e) do n.º 1 do art. 6.º do RJAAE, foi elaborada a seguinte matriz de dupla entrada.

Quadro 4 - Interacção entre os FCD definidos para a proposta de Revisão do PDM de Oleiros e os FA estabelecidos legalmente

Factores Ambientais / Factores Críticos para a Decisão	Biodiversidade	População	Saúde humana	Fauna	Flora	Solo	Água	Atmosfera	Factores climáticos	Bens materiais	Património cultural	Paisagem
Gestão da Estrutura Ecológica	●	⊗	⊗	●	●	○	○	⊗	○	⊗	⊗	●
Ordenamento do Território	●	●	○	○	○	●	●	⊗	⊗	○	●	●
Qualidade Ambiental e Riscos Naturais	○	●	●	●	●	●	●	●	●	⊗	⊗	○
Desenvolvimento Regional e Local	⊗	●	○	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	⊗	●	○	○
Paisagem e património cultural	●	○	⊗	⊗	○	○	○	⊗	⊗	⊗	●	●

Legenda: ⊗ – Ligação nula ou fraca; ○ – Ligação média; ● – Ligação forte

5.3.1 FCD: Gestão da Estrutura Ecológica

5.3.1.1 Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito deste Factor Crítico pretende-se avaliar as principais consequências da Revisão do Plano Diretor Municipal sobre ao nível dos recursos biofísicos, nomeadamente os impactes da alteração da Reserva Ecológica Nacional e a fragmentação de habitats, determinando as oportunidades e riscos, que correspondem respectivamente aos impactes de natureza estratégica positivos e negativos, usando sempre que a informação disponível o permitiu, os critérios e indicadores apresentados no **Quadro 5**.

Quadro 5 - Principais Indicadores do FCD - Gestão da Estrutura Ecológica

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Gestão da Estrutura Ecológica	Biodiversidade e Paisagem	Promover a diversidade biológica e da paisagem	Planos de gestão e acções de conservação de espécies e habitats (#)
		Assegurar a gestão sustentável de locais chave para a conservação de determinadas espécies, bem como dos processos ecológicos associados	Acções de conservação de espécies e habitats (#) Área do município integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico (ha)
		Reduzir o número de elementos dissonantes na paisagem (construções em grande escala, lixeiras entre outras)	N.º de intrusões visuais (#)
		Controlar a proliferação de espécies não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido	Área abrangida por acções de controlo de espécies não indígenas com comportamento invasor (ha)
	Gestão e Valorização da Conservação da Floresta	Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta	Zonas de Intervenção Florestal (#)
		Fomentar os povoamentos florestais autóctones	Povoamentos florestais autóctones e de folhosas de folha caduca (ha)
		Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais (#) N.º de participantes em eventos de Turismo de Natureza (#)

5.3.1.2 Situação existente e análise de tendências

A análise SWOT, apresentada no **Quadro 6**, pretende efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico Gestão da Estrutura Ecológica, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Quadro 6 - Análise SWOT - Gestão da Estrutura Ecológica

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de vistas panorâmicas, miradouros e percursos de interesse paisagístico; • Existência de locais de interesse paisagístico, principalmente espaços com interesse para a criação de praias fluviais; • Existência de diversos planos de água com potencialidades para um conjunto de atividades de recreio e lazer; • As galerias ripícolas das linhas de água apresentam um razoável estado de conservação; • O concelho apresenta uma boa qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de Planos de Gestão que promovam a salvaguarda e valorização dos valores ecológicos presentes; • Existência de um mosaico paisagístico pouco diversificado, predominando grandes manchas de pinhal; • Elevada proporção de área queimada nos espaços florestais.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socioeconómicos; • Integração do concelho no Geoparque Naturtejo; • Implementação de um Centro de Interpretação Ambiental; • Implementar sistemas agro-silvo-pastoris e o uso multifuncional da paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possível falta de recursos humanos e financeiros para a correta gestão dos valores naturais do município; • Risco de incêndio e destruição do coberto vegetal com predominância de monoculturas de pinhal; • Falta de qualidade das preparações de terreno, que promovem a degradação dos solos; • Falta de estruturação do espaço; • Incapacidade de tornar o território multifuncional através de uma estratégia de valorização do património paisagístico e outras potencialidades turísticas e através de uma aposta no potencial agro-silvo-pastoril.

Em termos de Estrutura Ecológica Municipal (**Figura 4**) verifica-se que o Corredor Ecológico Estruturante é ocupado, essencialmente por Floresta (55,3%), por Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (30%) ao longo dos principais cursos de água.

Já o Corredor Ecológico Secundário, definido no âmbito do PROF do Pinhal Interior Sul, é composto por Florestas (41%), Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (39,5%) e ainda Áreas agrícolas heterogéneas (11,3%).

No que concerne à Estrutura Ecológica Municipal Efetiva, a sua composição, como expectável, é muito semelhante à do Corredor Ecológico Secundário, com as Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea a ocuparem 42,8%, as Florestas (40,5%), e ainda Áreas agrícolas heterogéneas (7,3%).

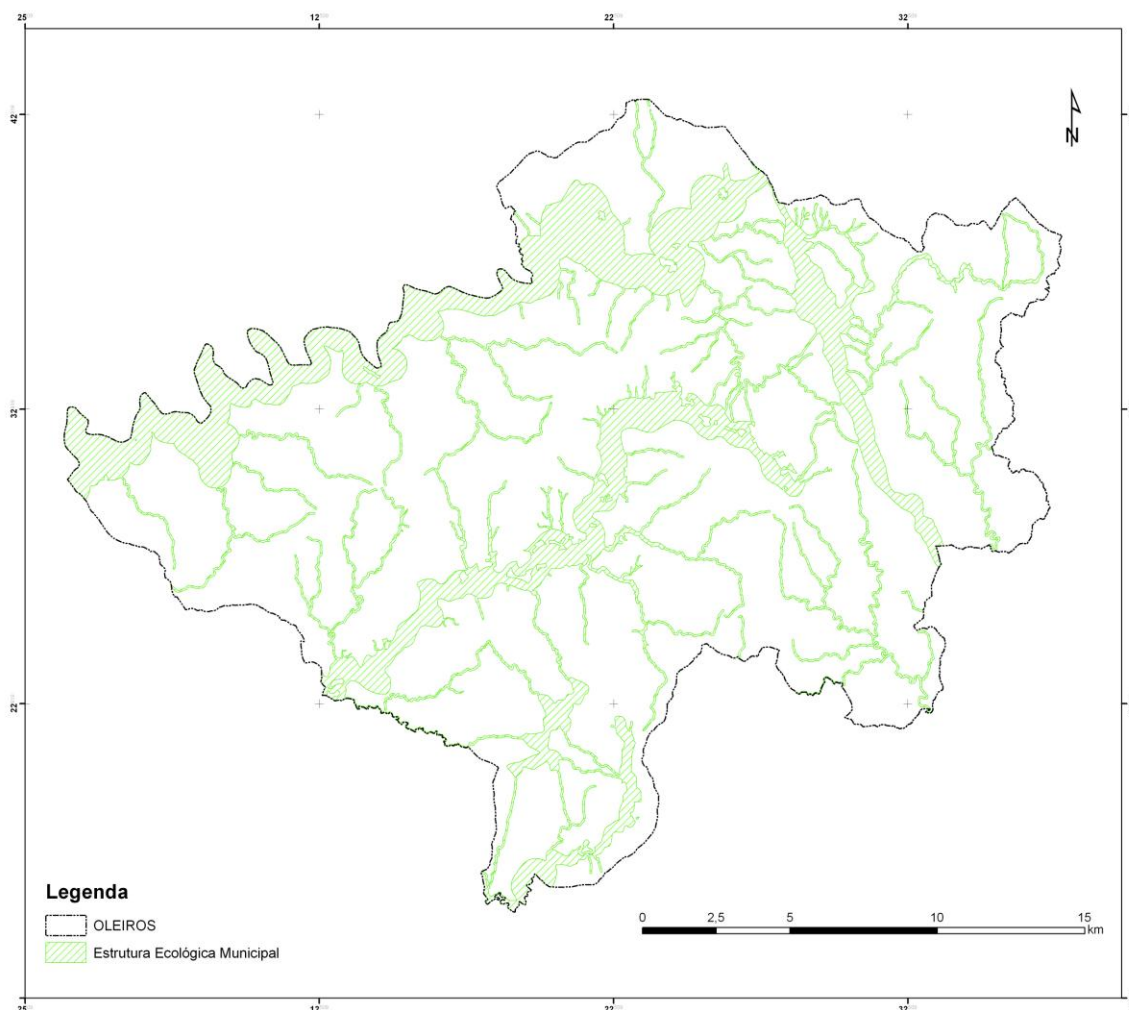


Figura 4 - Estrutura Ecológica Municipal

Quanto às áreas de interesse paisagístico que, de algum modo, se destacam do resto do território pelas características naturais do relevo, da vegetação, de vistas panorâmicas, diferenciam-se três unidades de paisagem, a saber:

1. Cordilheira Central com vales encaixados e campos de policultura, corresponde a grande parte do concelho, em termos litológicos está sob o complexo xisto-grauváquico ante- Ordovicíco, com relevo muito acentuado, vales encaixados, normalmente com aglomerados populacionais associados, com os regadios, os olivais e a policultura o uso do solo na envolvente destes. Nesta unidade predominou o povoamento florestal de pinheiro-bravo e atualmente prevalecem zonas ardidias;
2. Crista quartzítica da Serra do Moradal - em termos litológicos trata-se de uma crista de relevo tipo apalachiano, com zonas escarpadas, com presença de matos e manchas de pinhal;
3. Zona envolvente à Albufeira do Cabril - em termos litológicos está sob o complexo xisto-grauváquico Ante-Ordovicíco, com relevo muito acentuado, destacando-se a presença do rio Zêzere.

No concelho de Oleiros estão incluídos três geosítios do Geoparque Naturtejo: a Garganta Epigénida de Malhada Velha, a Cascata das Fragas da Água d'Alta e os Meandros do rio Zêzere.

O que se designa como Garganta Epigénica de Malhada Velha corresponde a um conjunto de escarpas quartzíticas, resultado de camadas sucessivas de quartzito puro erguidas verticalmente a centenas de metros de altitude, sobressai, portanto o seu interesse geológico e a imponência do afloramento rochoso sobre o rio Zêzere.

A Cascata das Fragas da Água d'Alta apresenta 50 m de desnível vencidos por uma sucessão de três quedas de água.

5.3.1.3 Efeitos esperados, oportunidades e riscos

A proposta de revisão do PDM segue o que está preconizado na Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro), implementando uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM), que visa assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental e a funcionalidade dos espaços edificados.

A EEM do concelho de Oleiros é constituída pelos Corredores Ecológicos Estruturantes, designadamente o rio Zêzere, que percorre o limite Norte do concelho, e pelos Corredores Ecológicos Secundários, que foram delimitados atendendo à fisiografia dos vales onde se inserem e, sempre que possível, a delimitação foi feita por estradas, caminhos, ou outros obstáculos físicos, por curvas de nível, ou pela ocupação do solo quando predominantemente agrícola.

Consideraram-se ainda no âmbito da EEM as áreas pertencentes à Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Espaços Verdes Urbanos.

A implementação da EEM no concelho de Oleiros funciona como uma oportunidade para a preservação e defesa dos solos com aptidão natural ou aproveitados para usos e atividades agro-florestais de carácter multifuncional que contrariem a tendência de homogeneização da paisagem. No entanto existe o risco associado à incapacidade de tornar o território multifuncional dada a inexistência de uma estratégia de valorização do património paisagístico e outras potencialidades turísticas e através de uma aposta neste potencial agro-silvo-pastoril.

5.3.1.4 Diretrizes para seguimento

Considera-se relevante adotar um programa de seguimento que permita fazer um acompanhamento com proximidade temporal dos indicadores sugeridos. Neste contexto, é apresentado um conjunto de indicadores de sustentabilidade (**Quadro 26**), que deverão ser tidos em consideração pelo município.

Recomendam-se, para o efeito, as seguintes medidas de gestão ambiental:

- Apoiar e incentivar a elaboração de cartografia da distribuição das espécies exóticas infestantes no município;
- Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, e incentivar a certificação no âmbito da gestão florestal sustentável;
- Diversificar as espécies florestais exploradas, promovendo e valorizando as espécies florestais autóctones, mais resistentes ao fogo e com maior capacidade de suporte de biodiversidade;
- Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal;
- Reforço da aposta do turismo ecológico/ambiental;
- Criação de percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes;
- Valorização dos recursos naturais existentes através da qualificação/diversificação da paisagem e das espécies florestais;
- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones.

5.3.2 FCD: Ordenamento do Território

5.3.2.1 Descrição do FCD e seus objetivos

Este fator avalia a organização do espaço biofísico concelhio, no que diz respeito à política, uso e ocupação do solo, de acordo com as suas capacidades e vocações. No âmbito da avaliação é ainda considerada a questão dos equipamentos e espaços públicos de utilização coletiva, do solo disponível para edificar, entre outros. Os respetivos critérios e indicadores são apresentados no **Quadro 7**.

Quadro 7 – Principais Indicadores do FCD – Ordenamento do Território

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento do Território	Dinâmica de ocupação do solo	Racionalização da expansão urbana de acordo com as aptidões e condicionantes	Taxa de execução do solo programado (%) Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos (%) Áreas integradas na REN, por tipologia (ha) Reclassificação do solo rural e do solo urbano (%) RAN utilizada para fins não agrícolas (%) Áreas excluídas da REN (%) Taxa de concretização das UOPG (%) Taxa de execução do espaço de actividades económicas (%)
	Fomento das atividades económicas	Criar condições físicas para a instalação de atividades económicas/empresas	N.º de empregos criados (#) Aumento do volume de negócios nas unidades empresariais em espaços ordenados (%)
	Ruído	Controlo e redução do ruído	Recetores e população expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado para o L_{den} e L_n em zonas sensíveis e zonas mistas (#) N.º de reclamações dos munícipes (#)
	Infraestruturação e requalificação urbana	Fomento de equipamentos e espaços verdes em solo urbano Requalificação dos aglomerados urbanos	Área dos espaços verdes urbanos (m²) Intervenções municipais previstas na área da requalificação urbana (#)

5.3.2.2 Situação existente e análise de tendências

A análise SWOT, apresentada no **Quadro 8**, pretende efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico Ordenamento do Território, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Quadro 8 - Análise SWOT - Ordenamento do Território

POTENCIALIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Património natural, diversificado com qualidade paisagística e valia ambiental • Recursos florestais significativos • Densa rede hidrográfica • Identidade cultural e produtos regionais com tradição e qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Território atingido por dupla interioridade: afastado do Litoral e distante de Espanha – população concentrada em zonas rurais, inexistência de pólos urbanos com dimensão significativa. • Carência de dimensão populacional e funcional e debilidade competitiva dos centros urbanos – escassez de oportunidades de emprego e falta de atratividade dos centros “urbanos”. • Elevado nível de fragmentação da propriedade • Marginalização da região em termos de acessibilidades, - ligações com o exterior, e ligações inter-concelhias. • Limitada rede viária e serviços de transportes intra-regional que dificulta a mobilidade de pessoas, bens e serviços e a conseqüente dinâmica interna da região bem como o grau de atratividade em termos de localização empresarial. • Dificuldade na gestão florestal, agravada pela elevada fragmentação da propriedade e de pequenas explorações florestais. • Insuficiente massa crítica, condição resultante em larga medida, das incapacidades de atrair e manter população jovem e qualificada • Níveis de vida abaixo dos patamares verificados em termos nacionais. •
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de recursos ambientais com potencial de valorização. • Aproveitamento dos recursos endógenos da região para a produção de energias renováveis (biomassa, energia eólica e solar). • Posicionamento geográfico de centralidade com elevado potencial de articulação territorial com regiões limítrofes. • Utilização da marca Geopark como fator de promoção turística • Aproveitamento de novos segmentos turísticos direcionados para a natureza e a cultura. • Surgimento de iniciativas autárquicas e de micro-empresarialidade com vista ao aproveitamento e valorização do património natural e cultural local. • Valorização do plano de água do Zêzere para finalidades turístico-recreativas sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrangulamentos demográficos e incapacidade de competir com pólos urbanos vizinhos mais atrativos que colocam em causa a sustentabilidade socioeconómica da região. • Ausência de rapidez e qualidade nos acessos aos circuitos de comercialização e promoção. • Riscos ambientais (incêndios) relacionados não só com a capacidade de resposta como com o grau de planeamento estratégico em termos de reordenamento e requalificação da floresta.

Da análise do **Quadro 9** e da **Figura 5** constata-se que em 2007 predomina a ocupação de mosaico de floresta com matos (91,6%), característica deste território localizado no Pinhal Interior Sul. Embora maioritariamente (55,2% do território) correspondam a Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea. As áreas agrícolas têm peso muito reduzido no território concelhio (6,3%), restringindo-se ao fundo dos vales e à periferia dos aglomerados urbanos.

Quadro 9 - Ocupação do Solo (2007)

Classes de Ocupação do Solo	Área	
	ha	%
Tecido urbano	344,9	0,7%
Indústria, comércio e transportes	42,5	0,1%
Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	12,5	0%
Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas histórica	9,1	0%
Culturas temporárias	199,6	0,4%
Culturas permanentes	453,4	0,9%
Pastagens permanentes	29	0,5%
Áreas agrícolas heterogéneas	2125,1	4,5%
Florestas	17105,7	36,3%
Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	26126,2	55,2%
Zonas descobertas e com pouca vegetação	37,8	0,1%
Águas interiores	623,2	1,3%
Total	47109	

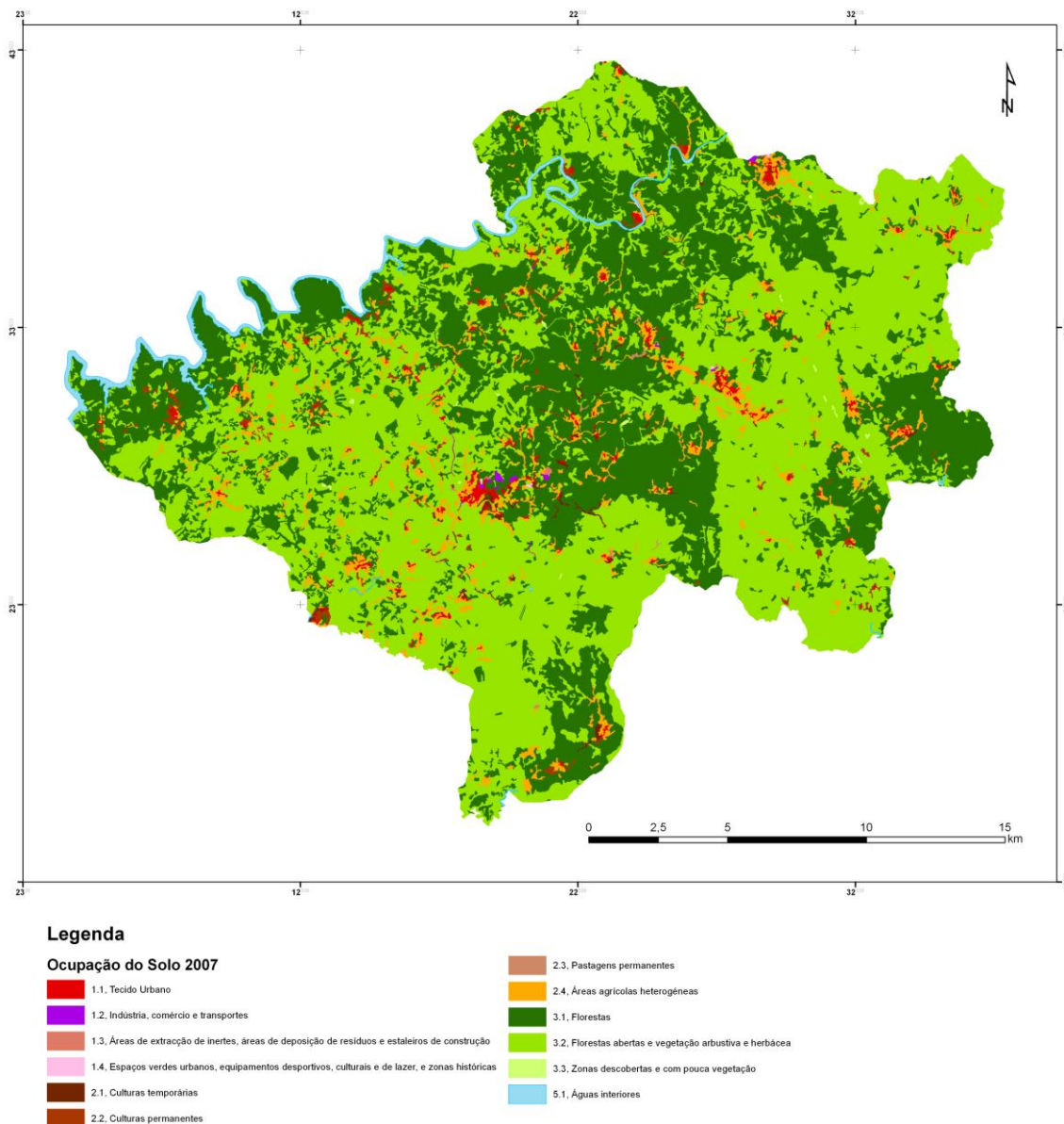


Figura 5 - Ocupação do Solo (2007)

Da análise das matrizes de transição (**Quadro 10a e 10b**) verifica-se que a alteração da ocupação do solo mais relevante ocorreu nas áreas florestais (78,9%), correspondendo a uma mudança de ocupação de Floresta para Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (97% da alteração total da área florestal). Esta alteração de uso deve-se fundamentalmente à perda de área florestal em consequência dos incêndios e à progressiva regeneração que ocorreu posteriormente. Note-se que atividade da caprinicultura semiextensiva tem um papel importante na manutenção e aproveitamento das áreas com ocupação arbustiva e herbácea.

Quadro 10a - Alteração da Ocupação do Solo (1990-2007) - [em hectares]

COS 2007 COS 1990	Alteração da Ocupação do Solo (1990 - 2007)												
	Tecido urbano	Indústria, comércio e transportes	Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas histórica	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Áreas agrícolas heterogéneas	Florestas	Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	Zonas descobertas e com pouca vegetação	Águas interiores	Alteração da Ocupação do Solo (1990 - 2007)
Tecido urbano	-				1,45	6,08	0,08	42,85	5,83	3,57		0,03	59,88
Indústria, comércio e transportes	3,64	-		0,61	0,14			7,96	9,61	43,60		1,32	66,88
Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção			-										
Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas histórica				-									
Culturas temporárias	22,20	3,00		1,18	-	15,67	10,22	239,71	225,95	215,51		2,85	736,28
Culturas permanentes	18,08		0,11		3,57	-		99,06	70,31	163,37		3,96	358,45
Pastagens permanentes							-						
Áreas agrícolas heterogéneas	174,37	7,95	0,83	2,71	95,72	267,74	11,24	-	707,03	982,23	1,82	2,26	2253,92
Florestas	31,36	22,86	11,47	4,23	32,53	79,24	6,30	420,67	-	20656,83	20,11	16,96	21302,56
Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	5,94	1,04			4,34	7,26		49,26	1990,54	-	12,00	3,75	2074,14
Zonas descobertas e com pouca vegetação		0,46							2,42	15,00	-	0,00	17,88
Águas interiores	0,01	0,05		0,45	1,96	0,69	1,20	10,00	57,59	71,81	0,00	-	143,75
Total	255,60	35,37	12,41	9,18	139,71	376,68	29,03	869,51	3069,28	22151,92	33,93	31,13	27013,74

Quadro 10b - Alteração da Ocupação do Solo (1990-2007) - [em %]

COS 2007 \ COS 1990	Tecido urbano	Indústria, comércio e transportes	Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas histórica	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Áreas agrícolas heterogéneas	Florestas	Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	Zonas descobertas e com pouca vegetação	Águas interiores	Alteração da Ocupação do Solo (1990 - 2007)
Tecido urbano	-				2,4%	10,2%	0,1%	71,6%	9,7%	6,0%		0,0%	0,2%
Indústria, comércio e transportes	5,4%	-		0,9%	0,2%			11,9%	14,4%	65,2%		2,0%	0,2%
Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção			-										
Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas histórica				-									
Culturas temporárias	3,0%	0,4%		0,2%	-	2,1%	1,4%	32,6%	30,7%	29,3%		0,4%	2,7%
Culturas permanentes	5,0%		0,0%		1,0%	-		27,6%	19,6%	45,6%		1,1%	1,3%
Pastagens permanentes							-						
Áreas agrícolas heterogéneas	7,7%	0,4%	0,0%	0,1%	4,2%	11,9%	0,5%	-	31,4%	43,6%	0,1%	0,1%	8,3%
Florestas	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,2%	0,4%	0,0%	2,0%	-	97,0%	0,1%	0,1%	78,9%
Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,3%	0,1%			0,2%	0,3%		2,4%	96,0%	-	0,6%	0,2%	7,7%
Zonas descobertas e com pouca vegetação		2,6%							13,5%	83,9%	-	0,0%	0,1%
Águas interiores	0,0%	0,0%		0,3%	1,4%	0,5%	0,8%	7,0%	40,1%	50,0%	0,0%	-	0,5%

Verifica-se ainda, embora com uma dimensão mais reduzida (8,3%), que a Áreas Agrícolas Heterogéneas registaram uma conversão de uso, que se exprimiu essencialmente numa mudança para Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (43,6%) e para Floresta (31,4%), e com uma menor expressão para Culturas Permanentes (11,9%). Este fenómeno poderá, por um lado, estar relacionado com algum abandono agrícola, e por outro a efeitos das políticas agroflorestais das últimas décadas.

Da análise do **Quadro 11** e da **Figura 6** verifica-se que relativamente à expressão territorial de cada classe de ordenamento definida na Planta de Ordenamento da Revisão do PDM de Oleiros, são os Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal que dominam (76,5% do território). Esta classe é coerente com a ocupação predominante, que corresponde a um mosaico agro-florestal.

Esta classe vai abranger quase exclusivamente os espaços correspondentes a mosaicos de floresta, vegetação arbustiva e herbácea (97%), com 61,2% de Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea e 35,8% a Florestas.

Note-se que os espaços florestais ordenados com objetivos de produção não passam de 7,8% do território, e foram identificados em áreas com maior potencial para a produção florestal.

Quadro 11 - Ocupação do solo por categoria de Ordenamento

Ocupação do Solo (%)	Tecido urbano	Indústria, comércio e transportes	Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Áreas agrícolas heterogêneas	Florestas	Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	Zonas descobertas e com pouca vegetação	Águas interiores	Peso das categorias de Ordenamento
Aglomerados Rurais	30,0 %			0,1%	2,1%	7,4%	0,1%	47,8 %	8,2%	4,3%			0,7%
Espaços Agrícolas Complementares	3,9%	0,1%	0,0%	0,0%	1,5%	6,6%	0,3%	27,0 %	30,2 %	30,3 %	0,0%	0,0%	6,1%
Espaços Agrícolas de Produção	1,1%			0,2%	14,6 %	6,2%	0,7%	46,8 %	19,1 %	10,5 %		0,6%	0,7%
Espaços Florestais de Produção	0,0%				0,1%	0,7%	0,0%	1,4%	57,9 %	39,8 %		0,0%	7,8%
Espaços Naturais	0,1%	0,0%		0,1%	1,8%	1,4%	0,3%	11,0 %	25,5 %	41,1 %	0,1%	18,6 %	6,9%
Espaços de Recreio Balnear				16,6 %	1,0%			2,8%	43,0 %			36,7 %	0,0%
Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,5%	0,0%	2,0%	35,8 %	61,2 %	0,1%	0,0%	76,5%
Espaços de Vocação Recreativa						7,0%		22,3 %	45,8 %	24,9 %		0,2%	0,0%
Espaços para Actividades Industriais					2,4%			84,7 %	12,9 %				0,0%
S. Urbanizados - Esp. Centais	72,4 %	0,2%						22,3 %	2,1%	3,1%			0,0%
S. Urbanizados - Esp. Residenciais [Tipo I]	47,6 %	0,2%	0,6%					35,5 %	11,1 %	4,9%			0,0%
S. Urbanizados - Esp. Residenciais [Tipo II]	51,1 %	1,0%			4,2%	4,7%		28,0 %	9,7%	1,4%			0,2%
S. Urbanizados - Esp. Residenciais [Tipo III]	38,4 %	0,5%	0,2%	0,0%	1,7%	5,0%	0,3%	44,4 %	6,1%	3,4%			0,7%
S. Urbanizados - Esp. Verdes	5,6%	2,1%	0,8%	1,8%		27,1 %		22,5 %	24,8 %	15,2 %			0,0%
S. Urbanizados - Esp. de Actividades Económicas	0,3%	71,3 %	21,8 %					0,9%	5,2%	0,5%			0,1%
S. Urbanizados - Esp. de Uso Especial	47,0 %	21,0 %	0,3%	21,3 %	0,2%			2,0%	6,6%	1,5%			0,0%
S. Urbanizáveis - Esp. Residenciais [Tipo I]	13,7 %	1,0%	10,9 %	0,5%	0,1%			5,3%	53,3 %	15,3 %			0,0%
S. Urbanizáveis - Esp. Residenciais [Tipo II]		10,2 %							85,7 %	4,1%			0,0%
S. Urbanizáveis - Esp. Residenciais [Tipo III]	2,9%	0,1%	1,7%	0,0%	3,9%	6,5%	0,0%	35,3 %	28,1 %	21,4 %			0,2%
S. Urbanizáveis - Esp. de Actividades Económicas	0,0%	8,4%	3,7%			2,3%		1,6%	63,4 %	20,6 %			0,1%
S. Urbanizáveis - Esp. de Uso Especial - Equipamentos								18,6 %	81,4 %				0,0%
S. Urbanizáveis - Esp. de Uso Especial - Turismo								33,0 %	18,7 %	48,3 %			0,0%

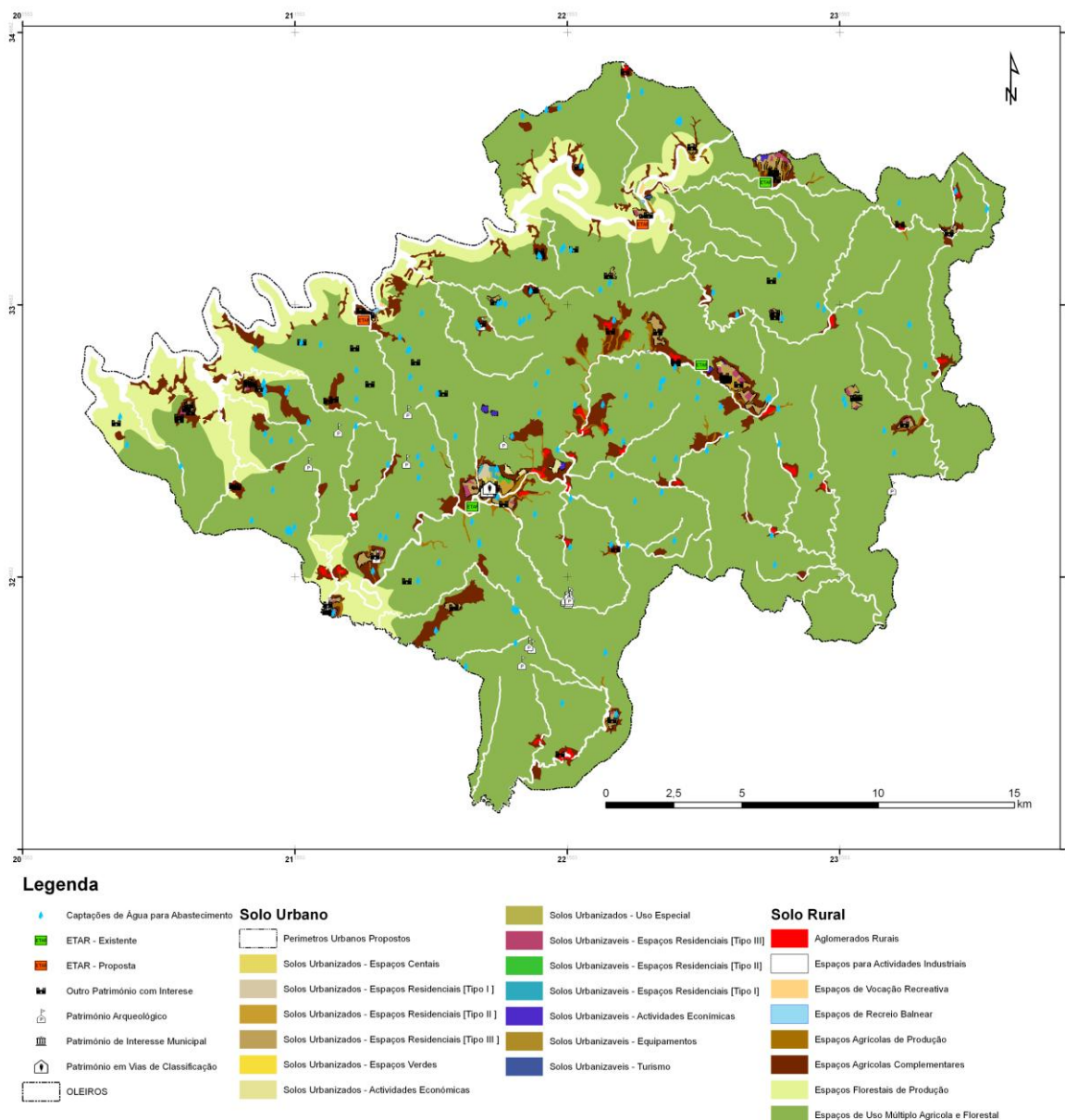


Figura 6 - Planta de Ordenamento

Da análise do **Quadro 12**, retendo apenas as categorias de ordenamento urbano (solos urbanizados e solos urbanizáveis), verificamos que os "Solos Urbanizados - Espaços Residenciais [Tipo III]", correspondentes a situações de densidade média/ baixa, têm uma maior expressão dentro do espaço urbano (52,5%), seguidos, com uma expressão significativamente inferior, pelos "Solos Urbanizados - Espaços Residenciais [Tipo II]" (11,5%), associados a situações de densidade média.

Relativamente aos solos urbanizáveis, os "Espaços Residenciais [Tipo III]" também se destacam como a principal classe, com uma percentagem de ocupação de 12,9% do espaço urbano.

Nos espaços residenciais [Tipo III] encontram-se associados às Áreas agrícolas heterogéneas, correspondendo a ocupações de média/baixa densidade em que as habitações se encontram associadas a parcelas agrícolas e logradouros.

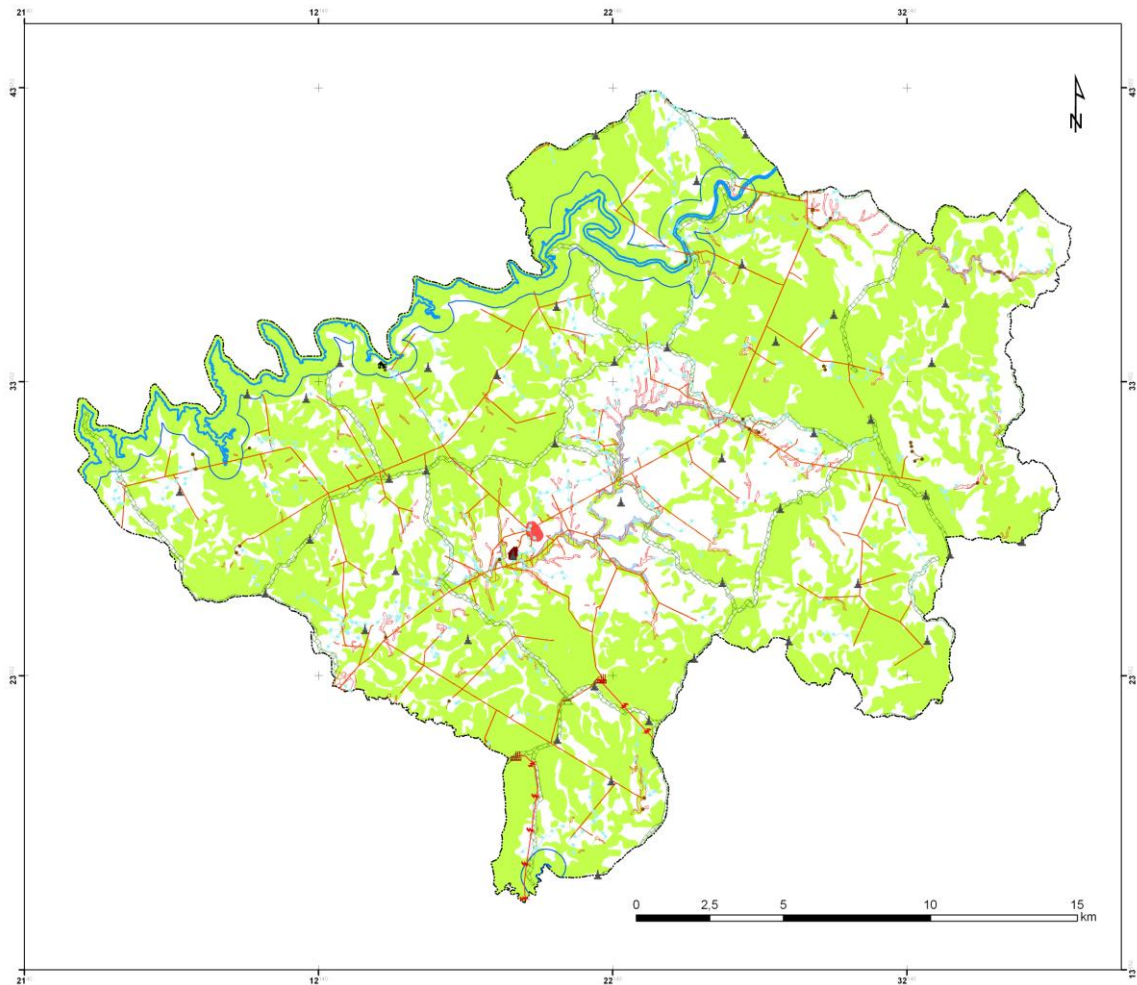
Quadro 12 - Ocupação do solo por categorias de Ordenamento Urbano

Ocupação do Solo (%)	Categorias de Ordenamento										
	Tecido urbano	Indústria, comércio e transportes	Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Áreas agrícolas heterogéneas	Florestas	Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	Peso das categorias de Ordenamento
S. Urbanizados - Esp. Centais	72,4%	0,2%						22,3%	2,1%	3,1%	3,4%
S. Urbanizados - Esp. Residenciais [Tipo I]	47,6%	0,2%	0,6%					35,5%	11,1%	4,9%	2,7%
S. Urbanizados - Esp. Residenciais [Tipo II]	51,1%	1,0%			4,2%	4,7%		28,0%	9,7%	1,4%	11,5%
S. Urbanizados - Esp. Residenciais [Tipo III]	38,4%	0,5%	0,2%	0,0%	1,7%	5,0%	0,3%	44,4%	6,1%	3,4%	52,5%
S. Urbanizados - Esp. Verdes	5,6%	2,1%	0,8%	1,8%		27,1%		22,5%	24,8%	15,2%	0,8%
S. Urbanizados - Esp. de Actividades Económicas	0,3%	71,3%	21,8%					0,9%	5,2%	0,5%	4,4%
S. Urbanizados - Esp. de Uso Especial	47,0%	21,0%	0,3%	21,3%	0,2%			2,0%	6,6%	1,5%	3,0%
S. Urbanizáveis - Esp. Residenciais [Tipo I]	13,7%	1,0%	10,9%	0,5%	0,1%			5,3%	53,3%	15,3%	2,6%
S. Urbanizáveis - Esp. Residenciais [Tipo II]		10,2%							85,7%	4,1%	1,2%
S. Urbanizáveis - Esp. Residenciais [Tipo III]	2,9%	0,1%	1,7%	0,0%	3,9%	6,5%	0,0%	35,3%	28,1%	21,4%	12,9%
S. Urbanizáveis - Esp. de Actividades Económicas	0,0%	8,4%	3,7%			2,3%		1,6%	63,4%	20,6%	4,4%
S. Urbanizáveis - Esp. de Uso Especial - Equipamentos								18,6%	81,4%		0,1%
S. Urbanizáveis - Esp. de Uso Especial - Turismo								33,0%	18,7%	48,3%	0,5%

Analisando o **Quadro 13** e a **Figura 7** constata-se que a categoria de condicionantes naturais que predomina no concelho de Oleiros é a REN (90,7%), tendo a RAN uma expressão muito reduzida (2,5%), o que corresponde ao perfil do território.

Há, ainda, que evidenciar que a área classificada como RAN é composta predominantemente por Áreas agrícolas heterogéneas (45,2%), Florestas (18,4%), Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (16,2%) e Culturas temporárias (12,7%), correspondendo genericamente à vocação destes territórios.

No que respeita à REN verifica-se que a sua ocupação corresponde essencialmente a Florestas e vegetação arbustiva e herbácea (94,2%).



Legenda

- | | | |
|---------------------------------------|--|---|
| ⊗ Estação Remota do Cabeço da Rainha | — Albiferas de Água Pública (500 m de Protecção) | □ OLEIROS |
| 🏠 Imóveis de Interesse Municipal | — Conducta Adutora / Distribuidora | ▨ Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis |
| ▲ Marco Geodésico | — Emissário | ▨ RAN |
| ■ Património em Vias de Classificação | — Leito e Margem com Largura de 30 m das águas Naveg | ■ REN |
| 👁 Postos de Vigia | — Linha Eléctrica de Alta Tensão | ■ Estabelecimento com Produtos Explosivos e área de |
| 🏗 SubEstacao | — Linha Eléctrica de Média Tensão | ■ Zonas Ameaçadas pelas Cheias |

Figura 7 - Planta de Condicionantes

Quadro 13 - Condicionantes por categorias de Ordenamento Urbano

	Tecido urbano	Indústria, comércio e transportes	Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas histórica	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Áreas agrícolas heterogéneas	Florestas	Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	Zonas descobertas e com pouca vegetação	Águas interiores	Peso das Condicionantes
Reserva Agrícola Nacional	6,11%	0,00%	0,00%	0,40%	12,70%	3,80%	1,20%	45,20%	18,40%	16,20%	0,00%	0,30%	2,50%
Reserva Ecológica Nacional					0,30%	0,70%		2,60%	34,60%	59,60%	0,10%	2,10%	91%
Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis	1,40%	0,20%		0,10%	0,10%	0,40%	0,00%	3,50%	34,00%	59,20%	0,30%	0,80%	5,40%
Zonas Ameaçadas pelas Cheias	1,70%	0,20%	0,00%	0,40%	12,10%	0,40%	1,30%	29,10%	29,50%	25,20%	0,00%	0,00%	1,30%

Quadro 13a – RAN e REN por classe Ocupação do solo (hectares)

			Tecido urbano contínuo	Tecido urbano descontínuo	Indústria, comércio e equipamentos gerais	Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	Áreas em construção	Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas	Culturas temporárias de sequeiro	Culturas temporárias de regadio	Pomares	Olivais	Pastagens permanentes	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	Sistemas culturais e parcelares complexos	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	Sistemas agro-florestais (SAF)	Florestas de folhosas	Florestas de resinosas	Florestas mistas	Vegetação herbácea natural	Matos	Vegetação esclerófila	Florestas abertas, cortes e novas plantações	Rocha nua	Vegetação esparsa	Áreas arídicas	Cursos de água	Planos de água
RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL																													
Novas categorias de áreas Integradas na REN		Áreas do DL.n.º93/90 de 19 de Março																											
SUSTENTABILIDADE DO CICLO DA ÁGUA	Leitos e margens dos cursos de água	Leitos dos cursos de água	0,46	2,55	0,20	0,14		0,21	3,38	3,00		8,46	0,47	4,66	34,20	3,29	0,20	49,42	139,96	12,30	2,56	194,96	4,50	185,45	0,14	0,01		7,93	0,67
	Albufeiras	Albufeiras e faixa proteção	2,80		0,19			0,28				1,41	0,97	0,20	2,03			82,01	140,24	12,91	0,57	52,20		63,14				22,64	301,28
	Faixa proteção de albufeiras		6,20	0,08				1,40				9,10	2,68	3,65	5,15	0,00		138,83	243,03	16,61	1,03	110,12	0,98	145,20				58,15	135,72
PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS	Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	Cabeceira das linhas de água										2,42	0,40		5,36			35,45	87,33	3,36	9,92	445,02	0,00	230,68		2,11			
		Áreas de Máxima Infiltração	4,13	5,44	0,53	0,07		2,66	16,89	15,95		16,60	2,48	20,98	84,71	11,08	0,09	113,53	414,89	39,02	2,13	793,27		555,08	10,75			4,29	3,62
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	Áreas com risco de erosão	8,65	41,72	0,86	4,27	1,01	0,04	35,17	6,77	1,01	232,76	5,95	159,19	536,33	52,61	4,12	3391,62	6336,26	540,10	146,27	9682,55	114,15	7828,04	14,12	7,45	2,55	52,67	108,48
	Áreas de instabilidade e de vertentes	Escarpas										6,46			1,70			8,20	23,71	5,74		397,57		118,63	7,90			0,34	
	Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar	Zonas ameaçadas pelas cheias	0,08	1,66	0,02	0,33		0,36	2,51	1,80		2,19		1,91	13,25	1,14		19,48	31,80	2,29		60,43	3,47	58,59				9,38	0,29
Áreas Excluídas da REN			1,40	0,65				0,27	0,07	0,01		1,35			0,44				4,42	0,05		0,19		3,92					
RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL			16,30	12,47	1,17	0,34		2,70	23,31	23,60		26,90	2,88	24,62	128,45	10,84	0,41	25,76	238,35	20,92	2,67	163,94	0,34	85,22				5,08	4,56

5.3.2.3 Efeitos esperados, oportunidades e riscos

Tendo em consideração o Quadro de Referência Estratégica, designadamente os instrumentos que têm implicações diretas no Ordenamento do Território, como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT-C), identificam-se as seguintes efeitos, oportunidades e riscos da presente Revisão do Plano Diretor Municipal de Oleiros.

Como foi identificado no ponto anterior, as opções estratégicas da Revisão do PDM de Oleiros incluem a proposta de implementação da classe de ordenamento “Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal” para cerca de 76,5% do território. Esta classificação e as medidas de gestão associadas são coerentes e adequadas face à ocupação destas áreas, que corresponde a um mosaico agro-florestal.

No que respeita às opções relativas à ocupação urbano-industrial inscritas na Revisão do PDM verifica-se que as categorias de ordenamento com um crescimento mais evidente, embora com pouca expressão, correspondem aos espaços residenciais [Tipo III], que correspondem a ocupações de média/baixa densidade em que as habitações se encontram associadas a parcelas agrícolas e logradouros, tendo associado um impacto mais reduzido sobre a ocupação atual.

Importa ainda referir que os impactos sobre as áreas sujeitas aos regimes da RAN e da REN, associadas a processos de desafetação, são muito pouco expressivos.

5.3.2.4 Diretrizes para seguimento

Considera-se relevante adotar um programa de seguimento que permita fazer um acompanhamento com proximidade temporal dos indicadores sugeridos. Neste contexto, é apresentado um conjunto de indicadores de sustentabilidade (**Quadro 26**), que deverão ser tidos em consideração pelo município.

Recomendam-se as seguintes medidas de gestão ambiental no sentido de atingir os objectivos de sustentabilidade:

- Promover o correto ordenamento do solo rural e do solo urbano;
- Potenciar a importância económica e social do solo rural;
- Salvar os solos agrícolas, em especial os classificados como integrantes a RAN;
- Controlar a edificabilidade no solo rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização destes espaços;
- Garantir a correta gestão e conservação dos espaços verdes urbanos;
- Salvar, preservar e valorizar cada uma das áreas que integram a REN;

- Promover o correto ordenamento do solo de urbanizável;
- Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola;
- Reconversão de áreas urbanas degradadas;
- Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e, identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos;
- Monitorização anual do ruído.

5.3.3 FCD: Qualidade Ambiental e Riscos Naturais

5.3.3.1 Descrição do FCD e seus objetivos

Neste fator será avaliada a qualidade das principais variáveis da componente ambiental e de riscos, nomeadamente, em que medida todas as estratégias definidas poderão contribuir para a melhor gestão da das águas, dos resíduos, do solo e da qualidade do ar. Será ainda avaliado o contributo do PDM para a prevenção e minimização de riscos naturais, nomeadamente incêndios florestais e erosão dos solos. Os respetivos critérios e indicadores são apresentados no **Quadro 14**.

Quadro 14 – Principais Indicadores do FCD - Qualidade Ambiental e Riscos Naturais

FCD	Critérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental e Riscos Naturais	Recursos Hídricos	Reduzir os níveis de contaminação dos sistemas naturais	Qualidade da água superficial e subterrânea (classe)
		Promover o uso eficiente da água	Acessibilidade física do serviço de abastecimento de água (%)
	Qualidade do Ar	Reduzir os níveis de contaminação do ar	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites (#)
			Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)
	Alterações Climáticas	Redução da quantidade de gases de efeito estufa produzidos no município	Número de edifícios públicos com certificação energética (#)
			Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios (#)
Energia	Promover a eficiência no consumo de energia e a utilização de fontes renováveis	Consumo de energia eléctrica por habitante (KW/hab)	
		Produção de energia através de recursos renováveis - potência instalada (MW)	
Protecção do Solo	Minimizar o impacto provocado por resíduos; Promover a reabilitação e uso de áreas degradadas.	Produção de resíduos (ton)	
		Valorização de resíduos (%); N.º de projectos de recuperação de áreas degradadas (#)	
Riscos Naturais	Risco de incêndio florestal	Incêndios florestais (n.º/ano) Áreas ardidas (ha/ano)	

A análise SWOT, apresentada no **Quadro 15**, pretende efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico “Qualidade Ambiental e Riscos Naturais”, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Quadro 15 - Análise SWOT - Qualidade Ambiental e Riscos Naturais

POTENCIALIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • O concelho de Oleiros localiza-se numa zona de muito baixa atividade sísmica, não havendo registos históricos da ocorrência de sismos com intensidade suficiente para causar danos materiais ou humanos. • Existência de ETAR e ETAR compactas que garantem o tratamento das águas residuais em algumas freguesias do concelho. • Integração do concelho num sistema multimunicipal de gestão de resíduos sólidos que assegura a recolha, triagem, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos nesta região. • As galerias ripícolas das linhas de água apresentam um razoável estado de conservação. • O concelho não apresenta grandes problemas ambientais, com exceção das extensas áreas ardidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 29% do concelho apresenta um risco de incêndio alto ou muito alto e 23% um risco médio. • Existência de um número significativo de aglomerados sem tratamento de águas residuais. • Elevada proporção de área queimada nos espaços florestais.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Assumidas preocupações ambientais, em larga medida induzidas pela importância que o fator natureza tem sobre as atividades económicas desenvolvidas na região. • Ampliação do sistema de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais multimunicipal, promovendo a criação de sistemas integrados, tecnicamente e economicamente eficazes; • Desenvolver a atividade agro-silvo-pastorícia. • Recuperar as áreas com maior risco de erosão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio e destruição do coberto vegetal pela existência de povoamentos puros de pinhal. • Substituição dos povoamentos de pinhal por povoamentos de eucaliptal. • Incapacidade do concelho de Oleiros de tornar o território multifuncional devido à inexistência de uma estratégia de valorização do património natural, paisagístico e outras potencialidades turísticas e através de uma aposta no potencial agro-silvo-pastoril. • Risco da qualidade da água proveniente de furos, poços, minas e nascentes não ser assegurada. • Falta de tratamento, conveniente, das águas residuais, o que poderá constituir uma forte fonte de poluição dos solos e linhas de água, pondo em risco a sua qualidade. • Estrutura deficiente dos sistemas de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais.

5.3.3.2 Situação existente e análise de tendências

O concelho de Oleiros não apresenta graves problemas ambientais, excetuando os extensos povoamentos florestais puros de pinheiro bravo. Os principais fatores de degradação do ambiente verificados são os seguintes:

- Poluição de origem doméstica;
- Poluição industrial;

- Poluição de agroindústrias;

A questão da poluição de origem doméstica prende-se com a descarga das águas residuais domésticas, apesar da implementação de algumas melhorias ao nível do saneamento do concelho. Os efluentes dos aglomerados de Álvaro, Cava, Moutinhosa, Vale Souto, Oleiros, Estreito e Orvalho, são tratados numa ETAR, no entanto os efluentes de Cardoso, Foz do Giraldo, Isna, Vilar Barroco, Sarnadas de S. Simão e Cambas são tratados em fossas sépticas coletiva complementadas algumas por tratamento secundário (leito percolador, trincheiras de infiltração ou poço absorvente) e os restantes aglomerados fossas sépticas particulares.

Como potenciais fontes de poluição industrial foram identificados em trabalho de campo dez lagares de azeite, localizados de forma dispersa pelo concelho. É importante salientar que todas estas unidades industriais estão legalizadas e, como tal, cumprem a legislação ambiental.

A exploração de inertes, constitui, também, uma potencial disfunção ambiental, embora com pouca expressão no concelho, estando identificada uma pedreira de extração de calcários abandonada, junto ao Estreito do Zebro. Após terminada a exploração, não foi efetuada a devida recuperação paisagística e atualmente serve para depósito ilegal de entulhos.

Assinalam-se também 4 serrações, ainda que tratando-se de uma indústria que permite a reutilização dos seus resíduos, não constitua um foco de poluição.

Para além dos aspetos acima mencionados, há que acrescentar os seguintes potenciais focos de degradação ambiental:

- Lixeiras seladas – também não se apresentam como foco de poluição, no entanto é importante ter em conta a sua localização para acautelar problemas futuros;
- Depósito de sucata, nas imediações de Vilar Barroco;
- Monoculturas florestais com povoamentos puros de pinheiro bravo e, ocasionalmente, de eucaliptos. As extensas manchas de pinheiro bravo revelam uma reduzida diversidade paisagística e biológica dos territórios por elas ocupadas e no caso específico de Oleiros, com a agravante de se tornarem espaços potencialmente propensos à propagação do fogo.

Relativamente aos riscos naturais e tecnológicos o município de Oleiros dispõe de um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPCO) que inclui uma análise exaustiva da situação do concelho, que permitiu identificar os seguintes riscos:

Riscos Naturais

- Baixa atividade sísmica, não havendo registos históricos da ocorrência de sismos com intensidade suficiente para causar estragos ou vítimas.

- Probabilidade moderada de ocorrência de inundações, existindo diversos registos de inundações, sobretudo na vila.
- Em termos de probabilidade de deslizamento de terras, o concelho encontra-se na classe elevada. Em termos de suscetibilidade a classe moderada representa cerca de 38% do território, sendo que a classe elevada afeta apenas 2%.
- Segundo o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), revisto em Outubro de 2008 o risco de incêndio florestal cerca de metade do concelho apresenta risco reduzido, 23% apresenta risco médio, 13% risco alto e 16% risco muito alto, verificando-se estas duas últimas classes maioritariamente nas zonas Centro e Sul do concelho.

Riscos Tecnológicos

- Acidentes industriais - não se encontram instalados no concelho de Oleiros estabelecimentos industriais abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho). Embora haja algum risco associado a outros estabelecimentos industriais de menor dimensão não é de esperar a ocorrência de acidentes com elevada gravidade.
- Acidentes em infraestruturas hidráulicas - Relativamente à rotura de barragens o risco é considerado nulo uma vez que, por um lado, no interior do concelho de Oleiros não existem infraestruturas desta natureza, e por outro, as barragens localizadas na proximidade do limite do concelho (Corgas e Cabril) encontram-se jusante do concelho, o que faz com que, em caso de acidente, a onda de inundação não atinja nunca o seu território.
- A contaminação da rede pública de abastecimento de água (captações, condutas de adução e de distribuição, ETA, reservatórios, entre outros) pode ocorrer devido a causas naturais, acidentais, ações de negligência, ou mesmo intencionais, podendo os agentes contaminantes ser químicos, biológicos ou radiológicos. Em termos de probabilidade de ocorrência considera-se média, sendo que a maior suscetibilidade a este tipo de acidente ocorre nos aglomerados de maior dimensão (Oleiros, Orvalho e Estreito).
- O risco de colapso e estragos avultados em edifícios, quase sempre relacionado com o seu elevado estado de degradação, apresenta uma probabilidade é considerada muito elevada, atendendo ao número de edifícios antigos e ao estado de degradação do parque habitacional. A classe de risco apresenta-se alta na freguesia de Oleiros e média nas restantes freguesias.

5.3.3.3 Efeitos esperados, oportunidades e riscos

Em termos de gestão dos recursos hídricos os objetivos estratégicos Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT) que visam estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, foram desagregados em objetivos operacionais que têm em conta as especificidades e as particularidades, quer da área da

Revisão do PDM quer de cada um dos temas abordados, aos quais correspondem um conjunto de ações que se articulam com esses objetivos operacionais (Proteção das águas e controlo da poluição, Gestão da Procura. Abastecimento de água às populações e atividades económica, Proteção da Natureza, e Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição).

Existem outros instrumentos de gestão territorial de natureza especial e sectorial que constituem ferramentas fundamentais para uma gestão sustentável dos recursos naturais e manutenção da qualidade ambiental, designadamente: o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia; o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul, o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, e o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. As servidões e restrições de utilidade pública são, igualmente, instrumentos importantes nesse sentido.

Ao nível dos sistemas de saneamento o principal constrangimento identificado, prende-se com o considerável número de aglomerados que ainda não dispõem de infraestruturas de drenagem e de tratamento de águas residuais. A Câmara de Oleiros tem vindo a realizar alguns investimentos neste domínio, contudo, os efluentes do concelho ainda não são alvo de um tratamento desejável e eficiente, sendo necessária, a curto/médio prazo, a implementação de medidas que aumentem a extensão da rede e introduzam melhorias no tratamento efetuado.

O concelho está relativamente bem servido no que respeita à recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos e quanto à recolha seletiva verificou-se uma grande evolução desde a publicação do PDM em vigor. No PERSU II - Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016, são claramente definidas as metas a atingir e ações a implementar tendo em consideração a necessidade de assegurar o cumprimento dos objetivos de desvio de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro, na sequência da Directiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição em aterro, transposta pelo Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio, bem como os objetivos de reciclagem e valorização, decorrentes das Directivas 94/62/CE, de 20 de Dezembro e 2004/12/CE, de 11 de Fevereiro, relativas à gestão de embalagens e resíduos de embalagens, transpostas para ordem jurídica interna pelos Decretos-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, 162/2000, de 27 de Julho, e n.º 92/2006, de 25 de Maio. No caso do município de Oleiros, considera-se que a sua integração num sistema multimunicipal de recolha e tratamento de RSU, contribui para atingir estes objetivos nacionais.

Relativamente à gestão dos espaços agroflorestais, a Revisão do PDM de Oleiros contempla os “Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal”, que se pretende que sejam áreas que assentam na paisagem de uma forma naturalizada, mas dependendo da manutenção da presença humana, da atividade de pastorícia e da exploração do potencial cinegético. Desta prática resultam ainda benefícios em várias vertentes do ordenamento florestal, de que se destacam os efeitos na prevenção dos fogos florestais, resultantes do controlo da vegetação espontânea, herbácea e arbustiva, e do consumo de outros materiais combustíveis, evitando assim a sua deposição e acumulação sobre o solo. É ainda devido à complementaridade de funções nestes espaços, e dela absolutamente dependentes, que têm origem produtos tradicionais de qualidade.

A continuação da tendência de aumento da área ocupada por matos e matas como resultado do abandono de parcelas agrícolas e extensão das pastagens e, por outro lado, a perda de dinamismo, a degradação ou mesmo a desertificação de algumas aldeias será um risco, caso exista incapacidade para tornar o território multifuncional através de uma estratégia de valorização do património paisagístico e outras potencialidades turísticas e através de uma aposta no potencial agro-silvo-pastoril.

5.3.3.4 Diretrizes para seguimento

Para além dos programas de seguimento ambiental já existente para a área do concelho e que decorrem da intervenção direta quer de organismos da administração central quer da administração local, importa ainda alargar a outros indicadores evidenciados neste relatório. Para o efeito, deverão ser seguidas as orientações definidas no **Quadro 26**, onde se definem indicadores que deverão ser tidos em consideração pelo município para monitorizar os níveis de sustentabilidade

Recomendam-se as seguintes medidas de gestão ambiental no sentido de atingir os objectivos de sustentabilidade:

- Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos.
- Estabelecer um programa de gestão dos efluentes provenientes de fontes pontuais de poluição;
- Combater as descargas de águas residuais clandestinas de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos;
- Assegurar o uso racional e eficiente da água;

- Assegurar que a população é abrangida pelos sistemas de abastecimento de água;
- Garantir a manutenção das redes de infraestruturas de modo a minimizar as perdas e fugas;
- Fomentar a implementação de sistemas mais eficientes do ponto de vista energético;
- Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE);
- Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia;
- Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera;
- Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados;
- Criação de condições que favoreçam a mobilidade sustentável;
- Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro;
- Valorizar os resíduos recicláveis produzidos pelas unidades a instalar;
- Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos;
- Garantir a recuperação dos terrenos afetados pela exploração de pedreiras e outras áreas degradadas;
- Promover a adopção de boas práticas de conservação do solo.

5.3.4 FCD: Desenvolvimento Regional e Local

Com o FCD “Desenvolvimento Regional e Local” pretende-se considerar as dinâmicas de desenvolvimento que resultam das opções estratégicas do PDM ao nível do tecido demográfico e da evolução da economia local e regional, tendo em atenção os principais fatores de fixação populacional, atividades económicas e qualidade de vida das populações. Os respetivos critérios e indicadores são apresentados no **Quadro 16**.

Quadro 16 - Principais Indicadores do FCD – Desenvolvimento Regional e Local

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Regional e Local	Dinâmica demográfica	Travar o declínio demográfico e o envelhecimento populacional	Indicadores demográficos relacionados com a estrutura e dinâmica populacional
	Economia Local	Dinamizar a economia local e regional	Investimentos efetuados e empregos criados no âmbito da produção florestal e em atividades relacionadas (#) Investimentos efetuados (n.º de camas) e empregos diretos e indiretos criados no sector turístico e em atividades complementares.
	Condições de bem-estar	Desenvolver e melhorar equipamentos de utilização coletiva	Valores investidos em equipamentos de utilização coletiva (€) Taxa de utilização de equipamentos coletivos (%)

5.3.4.1 Descrição do FCD e seus objetivos

A análise SWOT, apresentada no **Quadro 17**, pretende efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico “Desenvolvimento Regional e Local”, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Quadro 17 - Análise SWOT - Desenvolvimento Regional e Local

POTENCIALIDADES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Localização potencial privilegiada para empresas que beneficiem da proximidade e fácil acesso a recursos naturais, quer para fins produtivos, quer como fator de valorização turística. • Identidade cultural e produtos regionais com tradição e existência de algumas empresas, nomeadamente na fileira da madeira, com forte posicionamento de mercado, incluindo exportação e com potencial de crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quebra populacional e envelhecimento bastante marcados, reduzido potencial de rejuvenescimento. • Acentuado despovoamento com consequências negativas sobre a dimensão da população ativa e qualidade da força de trabalho • Reduzida densidade empresarial que condiciona o desenvolvimento de sinergias e os efeitos das economias de aglomeração e das economias de escala com efeito global sobre a atratividade económica, populacional e territorial • Insuficiente massa crítica, condição resultante em larga medida, das incapacidades de atrair e manter população jovem e qualificada • Graves debilidades estruturais ao nível do tecido produtivo: parque empresarial atomizado, constituído por unidades de reduzida dimensão, operando em sectores pouco diversificados, com baixa intensidade em tecnologia e inovação. • Debilidade do tecido empresarial turístico local, muito dependente do mercado interno e uma oferta focada em segmentos dependentes de forte sazonalidade da procura – emigração. Oferta hoteleira escassa, de base tradicional – em detrimento de tipologias modernas e inovadoras • Insuficiente rede de infraestruturas de apoio à população, à empresa e ao “turista” • Níveis de vida abaixo de patamares de referência nacionais e regionais.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Clusterização das atividades económicas (em particular ao nível da “floresta”), complementando a cadeia de produção das indústrias instaladas no concelho (por exemplo: devido à proximidade e fácil acesso aos recursos naturais), com outras indústrias que têm envolvimento direta e se seguem nas fases posteriores de transformação da matéria-prima e as quais acrescentam valor ao produto final (inovação de processos e produtos) • Exploração de atividades ligadas ao desenvolvimento de energias alternativas, em particular eólica, hídrica e biomassa • Potencial turístico (descongestionamento territorial, qualidade ambiental e paisagem atrativa) que poderá ser explorado com o desenvolvimento de nichos de mercado turístico emergentes: short-breaks, turismo da natureza, paisagístico e náutico (águas interiores) e ecoturismo. • Novo modelo residencial assente nas amenidades que a ruralidade concede em termos de qualidade de vida e bem-estar, sustentada numa orientação de oferta residencial suportada numa política de habitat que desfrute das benesses da natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de natalidade reduzida, despovoamento dos estratos etários mais jovens, implicando a perda líquida de população, com tendência para perdurar • Estrangulamentos de natureza financeira, limitando a capacidade de investimento nos sectores produtivos e em equipamentos sociais. • Debilidades qualitativas estruturais do mercado de trabalho – capital humano envelhecido e com baixo nível de escolaridade • Despovoamento do território concelho com impactes ao nível do potencial humano e consequente défice de massa crítica no processo de desenvolvimento económico e social;

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
(“novos rurais”) <ul style="list-style-type: none"> • Território privilegiado de acolhimento de pessoas em idade inativa, especialmente idosos, tornando-se numa área de zelo social com impactos sobre as tipologias de formação vigentes na região que poderão ser reorientadas para a assistência social e prestação de cuidados de saúde. 	

5.3.4.2 Situação existente e análise de tendências

A situação demográfica do concelho de Oleiros é um dos fatores de maior relevância para os objetivos de desenvolvimento visados. É igualmente fácil de intuir, a partir da informação disponível, que é aquele que maiores dificuldades coloca (a par das questões financeiras) aos gestores desta região do país na altura de tomar decisões.

Os dados dos Censos 2011, apresentados no **Quadro 18**, permitem evidenciar que o envelhecimento e declínio populacional no concelho aceleraram na última década, a níveis superiores aos da região (NUTS III) Pinhal Interior Sul.

Quadro 18 - Variação percentual da população residente na última década - Concelho

Unidade Territorial \ População Residente	2001	2011	Var %
Continente	9869343	10047621	2%
Centro	2348397	2327755	-1%
Pinhal Interior Sul	44803	40705	-9%
Oleiros	6677	5721	-14%

Fonte: INE - Censos 2001; Censos 2011

Os números apresentados no **Quadro 19** mostram o acentuar de assimetrias entre as freguesias do Concelho. Em todos os indicadores resultantes dos Censos de 2011 pode identifica-se um núcleo de freguesias resilientes do ponto de vista demográfico, representando um núcleo mais dinâmico: Orvalho, Oleiros, Estreito e Cambas, onde a perda populacional foi mais atenuada que no conjunto do concelho e o restante conjunto de freguesias, onde o declínio é muito mais marcado e amplamente superior à perda populacional registada no concelho. Em termos relativos, a população residente nestas quatro freguesias passou de 67% para 73% da população do concelho.

Quadro 19 - Variação percentual da população residente na última década - Freguesias

Unidade Territorial \ População Residente	2001	2011	Variação [2001-2011]
Álvaro	315	237	-25%
Amieira	207	116	-44%
Cambas	349	309	-11%
Estreito	969	897	-7%
Isna	304	209	-31%
Madeirã	225	171	-24%
Mosteiro	422	307	-27%
Oleiros	2470	2306	-7%
Orvalho	689	678	-2%
Sarnadas de São Simão	317	217	-32%
Sobral	251	160	-36%
Vilar Barroco	159	114	-28%

Fonte: INE - Censos 2001; Censos 2011

A **Figura 8** apresenta, na carta de divisão administrativa do concelho, as diferenças de perda populacional registadas entre os dois últimos censos da população. As quatro freguesias onde as perdas foram mais contidas são apresentadas com uma cor mais escura e aquelas onde as perdas foram superiores apresentam-se com cor mais clara.

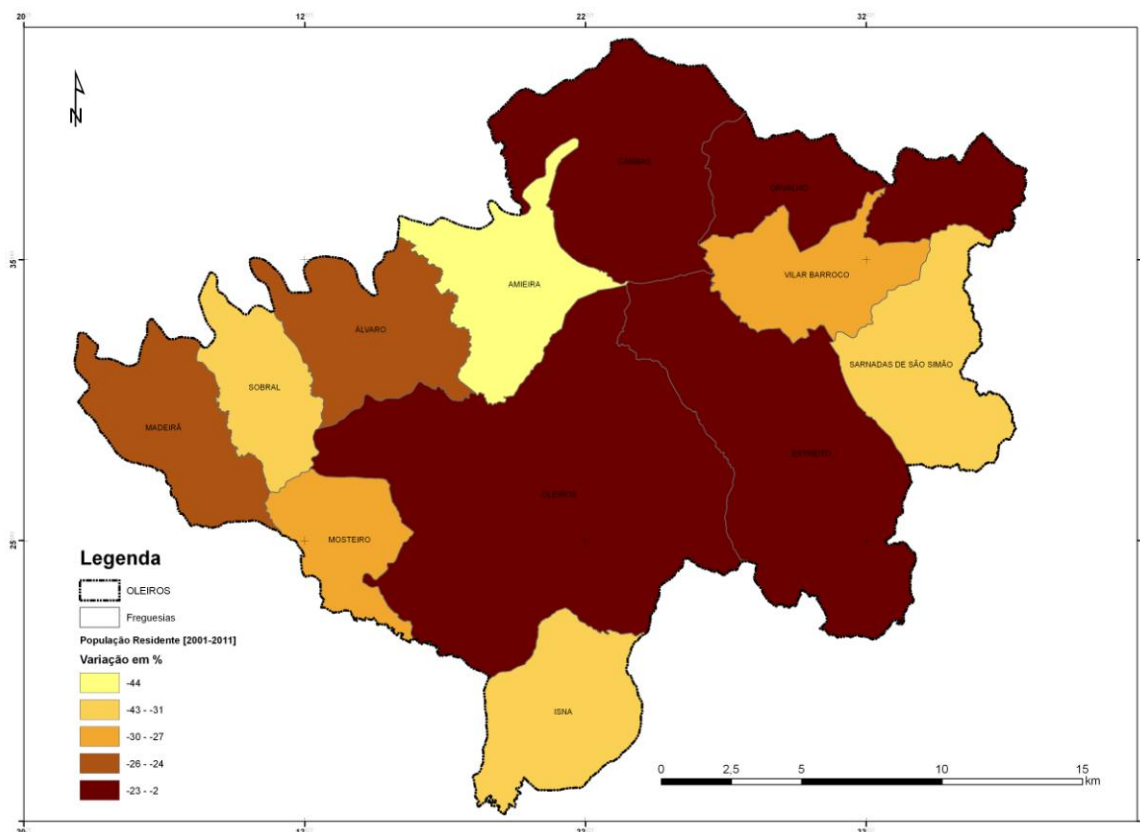
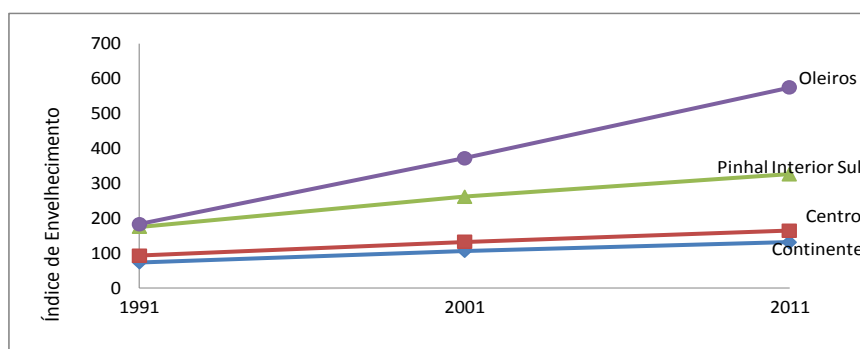


Figura 8 – Carta de variação da população residente na última década - Freguesias

O perfil demográfico do concelho desenvolve-se igualmente na perspetiva da sua composição etária. Os dados conhecidos mostram um envelhecimento acentuado da população. Entre 2001 e 2011, o índice de envelhecimento no concelho de Oleiros, que já era elevado no contexto regional e nacional, sofreu maior agravamento e alargou-se a disparidade já existente (**Figura 9**).



Fonte: INE - Censos 2001; Censos 2011

Figura 9 - Evolução do índice de Envelhecimento nas últimas décadas - Concelho

A observação da estrutura etária do concelho e das regiões de nível superior, permite perceber melhor o que está em causa relativamente a envelhecimento e a sustentabilidade potencial. Na **Figura 10**,

apresenta-se a distribuição da população por quatro classes etárias em percentagem da respetiva população total para Oleiros e para as Unidades territoriais de nível superior.

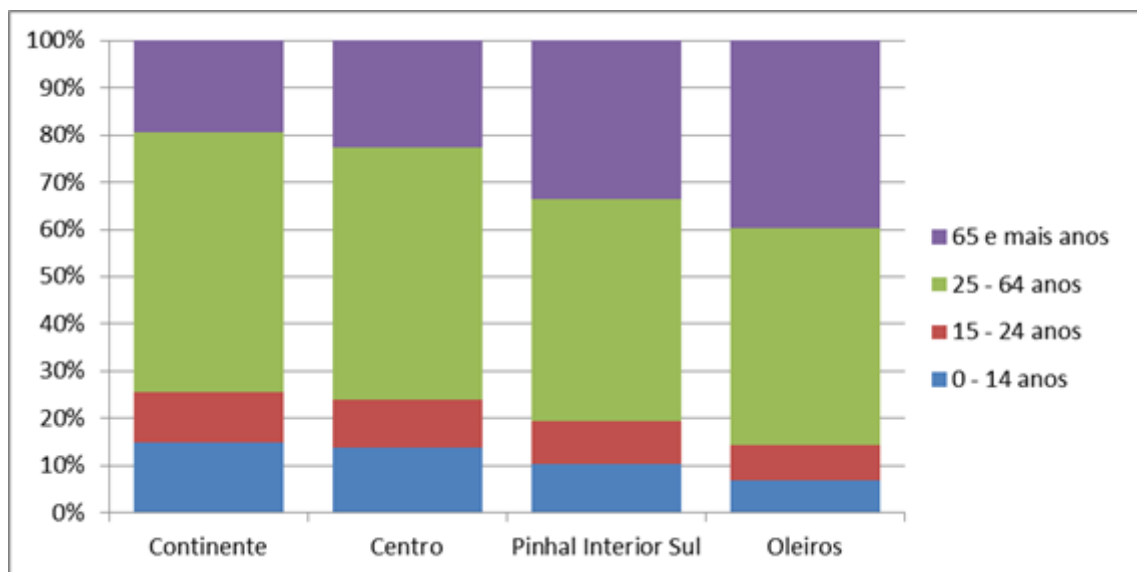


Figura 10 - Comparação da Composição Etária da População Residente no Concelho em 2011 (INE, Censos 2011)

Considerando as diferentes freguesias, verificamos, com base no **Quadro 20**, que a evolução deste indicador foi bastante diferenciada entre elas, verificando-se já para as freguesias periféricas, valores do índice na casa dos milhares.

Quadro 20 - Variação do índice de envelhecimento na última década - Freguesias

Unidade Territorial \ População Residente	2001	2011	Varição [2001-2011]
Álvoro	794	1182	+388
Amieira	855	2200	+1346
Cambas	631	1053	+422
Estreito	538	1007	+470
Isna	665	2275	+1610
Madeirã	439	467	+28
Mosteiro	321	621	+301
Oleiros	213	292	+79
Orvalho	367	823	+456
Sarnadas de São Simão	838	1980	+1143
Sobral	262	829	+567
Vilar Barroco	2500	1360	-1140

Fonte: INE - Censos 2001; Censos 2011

A freguesia que apresenta um índice de envelhecimento mais baixo é Oleiros, sendo mesmo inferior ao registado na região Pinhal Interior Sul. A freguesia de Madeirã foi a que mais resistiu ao aumento do índice entre censos.

O valor registado em Vilar Barroco, aparentando estar em completo contraciclo com o resto do concelho, pode ser explicado pelo valor já muito alto em 2001 e pelo efetivo populacional já muito baixo. Nestas condições, flutuações na mortalidade podem levar a alterações do índice como a que se registou entre censos.

A análise da estrutura etária a nível das freguesias do concelho, permite identificar com maior clareza quais as que podem apresentar uma maior vitalidade demográfica e permitem ter uma ideia mais clara de qual poderá ser a evolução esperada. A **Figura 11** mostra um gráfico de barras sobrepostas com valores relativos de cada escalão etário, por freguesia. A Freguesia com maior sustentabilidade potencial é Oleiros, e a que aparenta ter menos é Vilar Barroco.

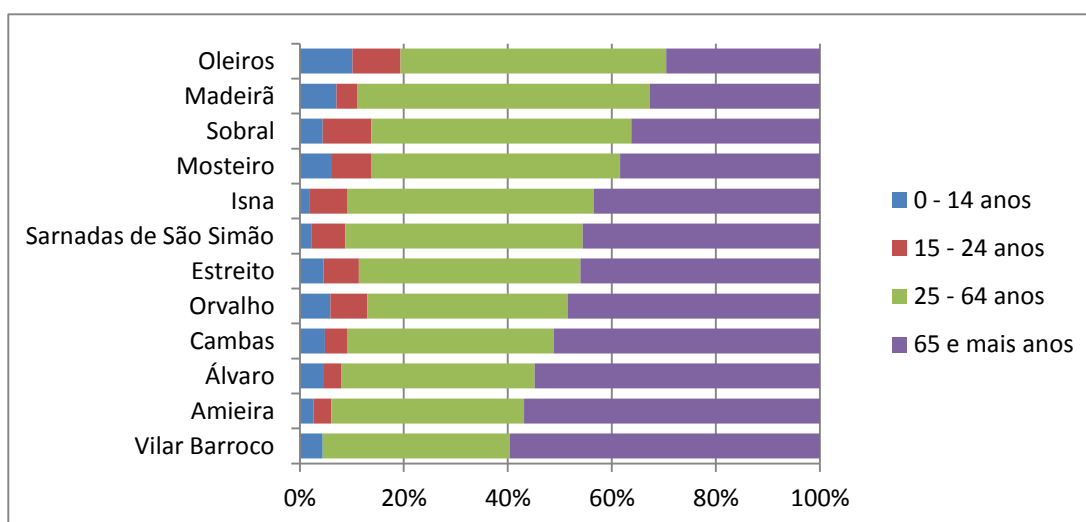


Figura 11 - Comparação da Composição Etária da População Residente nas freguesias do Concelho em 2011 (INE, Censos 2011)

A estrutura empresarial do concelho de Oleiros, segundo dados do INE (Anuário Estatístico da Região Centro, 2010) apresentava em 2009 um conjunto de indicadores que merecem alguma reflexão, principalmente quando considerados no contexto da região em que se insere.

O **Quadro 21** mostra a reduzida densidade territorial das empresas e a elevada concentração do volume de negócios e do valor acrescentado bruto nas quatro maiores empresas. O risco para a sustentabilidade económica concelhia em caso de encerramento de alguma das unidades em questão pode ser considerável.

Do lado positivo, apesar da grande maioria das empresas ter menos de 10 pessoas ao serviço, o volume médio de negócios por empresa é significativamente superior ao valor médio para a região.

Quadro 21 - Indicadores de empresas por unidade territorial - 2009

Indicador Unidade Territorial	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas
	N.º/km²	%	N.º	10³ euros	%	%
Continente	11,4	67,07	3,5	318,0	5,2	4,3
Centro	8,1	69,33	3,0	224,0	3,9	4,5
Pinhal Interior Sul	1,7	66,69	2,6	160,6	12,7	25,8
Oleiros	0,8	71,12	2,9	286,7	52,2	73,5

Fonte. INE – Anuário Estatístico da Região Centro - 2010.

Observando a evolução do número de empresas nos últimos anos (**Figura 12**) verifica-se uma tendência para o declínio, com particular incidência nas de menor dimensão em termos de emprego, apesar de ter sido registado um ligeiro aumento do número de empresas com entre 10 e 50 pessoas ao serviço.

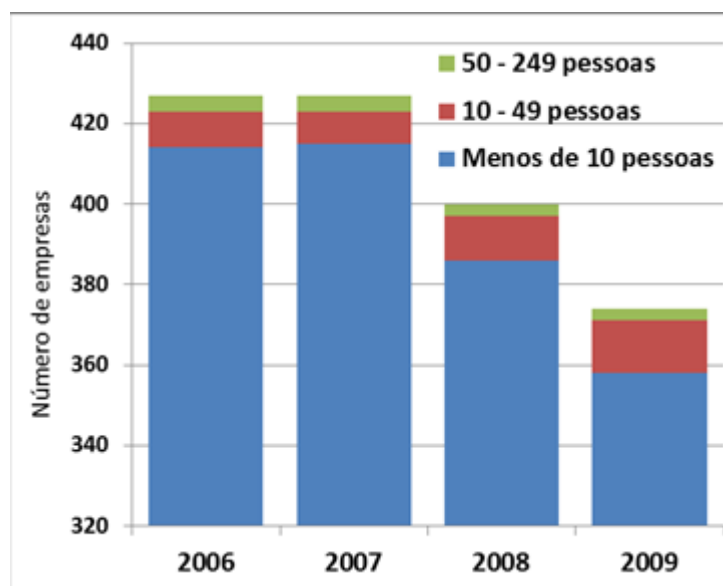


Figura 12 - Evolução do número de empresas no concelho, por escalão do n.º de pessoas ao serviço (INE, 2010)

O emprego no concelho de oleiros apresentava em 2009 uma estrutura caracterizada por níveis de terciarização inferiores aos das unidades territoriais de nível superior. O emprego nos sectores industriais, em particular na indústria transformadora e a construção, tem uma representatividade superior à observada para a região.

Quadro 22 - Trabalhadores por conta de outrem por sector de atividade - 2009

Setor de atividade Unidade Territorial	Primário CAE: A	Secundário CAE: B - F	Terciário CAE: G - U
Continente	1,6%	34,1%	64,3%
Centro	2,2%	41,0%	56,8%
Pinhal Interior Sul	3,4%	41,3%	55,3%
Oleiros	3,6%	51,7%	44,7%

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro - 2010.

A leitura do **Quadro 23**, que apresenta a distribuição das empresas do concelho pelos sectores específicos de atividade económica (CAE rev.3) e também da sua importância em termos de emprego, mostra uma concentração de unidades empresariais no sector do comércio e uma predominância de emprego na indústria transformadora.

Quadro 23 - Empresas e emprego por sector de atividade em 2009

Sector (CAE rev.3)	Empresas	Empresas por sector	Pessoal Empregado	Pessoal por sector	Número médio de empregados por empresa
C	43	11%	456	42%	10,6
F	65	17%	190	18%	2,9
G	128	34%	197	18%	1,5
H	23	6%	79	7%	3,4
I	38	10%	56	5%	1,5
S	26	7%	29	3%	1,1
outros	51	14%	68	6%	1,3
Total	374		1 075		2,9

Fonte : INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2010

5.3.4.3 Efeitos esperados, oportunidades e riscos

O principal objetivo expresso relativamente a este FCD, prende-se com a estruturação e fortalecimento do tecido económico em torno de dois sectores: um tradicional, a “floresta”, com expansão de tipos de aproveitamento, e outro de crescimento recente, o turismo. Através destas duas vertentes de crescimento, espera-se ser possível promover a estabilização e recuperação demográfica do concelho.

A segunda via para estabilização demográfica passa pelo crescimento e melhoria das infraestruturas e equipamentos de uso coletivo, promovendo a melhoria das condições de vida e, indiretamente, a atratividade e a capacidade de fixação populacional do concelho.

No contexto atual, os principais riscos ligam-se à necessidade de preservar os valores culturais, ambientais e paisagísticos que são essenciais para permitir o desenvolvimento turístico que se pretende, e ao mesmo tempo permitir que os sectores económicos mais tradicionais se possam manter e crescer. Simultaneamente pretende-se permitir a criação de novas infraestruturas coletivas direcionadas em particular para a melhoria das condições de vida de uma população com necessidades específicas mas ao mesmo tempo que se procura favorecer as condições de apoio ao desenvolvimento económico.

Um segundo vetor de risco é o da limitada capacidade de investimento, público ou privado, previsível para os próximos anos, que permita concretizar os objetivos enunciados e atingir os efeitos previstos.

5.3.4.4 Diretrizes para seguimento

É fundamental que sejam criadas condições objetivas de acompanhamento da evolução dos indicadores já apresentados relativamente a este FCD, nomeadamente a evolução do investimento (público e privado), do emprego e da disponibilização e uso de equipamentos coletivos.

A estrutura e evolução demográfica do concelho devem ser acompanhadas através de uma bateria completa de indicadores de forma a medir e avaliar o impacte das medidas previstas.

Recomendam-se as seguintes medidas de gestão ambiental no sentido de atingir os objectivos de sustentabilidade:

- Criar condições socioeconómicas favoráveis à fixação da população, nomeadamente a população em idade ativa;
- Promover um correto ordenamento dos espaços de atividades económicas, dotando-os de todas as infraestruturas necessárias;
- Fomentar a fixação e o desenvolvimento das atividades económicas no concelho;
- Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região;
- Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial;
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada;
- Promover a fixação de iniciativas turísticas com viabilidade económica e ambiental;
- Implementar e melhorar equipamentos de utilização coletiva.

5.3.5 FCD: Paisagem e Património Cultural

5.3.5.1 Descrição do FCD e seus objectivos

O FCD “Paisagem e Património Cultural”, inclui o património arqueológico e arquitetónico, bem como outros registos da humanização do território, como elementos primordiais na identidade desta região. Os respetivos critérios e indicadores são apresentados no **Quadro 24**.

Quadro 24 - Principais Indicadores do FCD - Paisagem e Património Cultural

FCD	Crítérios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Paisagem e Património Cultural	Preservação e Valorização do Património Arquitetónico e Arqueológico	Promover a reabilitação de edifícios com interesse arquitetónico Preservar e valorizar sítios de interesse arqueológico Dinamizar o uso dos edifícios públicos com valor patrimonial	Obras de recuperação/ manutenção em edifícios com valor patrimonial (#) N.º de eventos associados ao uso de edifícios públicos com valor patrimonial (#) Sítios classificados e em vias de classificação (#) Áreas arqueológicas (#) Património arquitectónico classificado e em vias de classificação (#)
	Humanização da Paisagem	Fomento dos sistemas agro-silvo-pastoris associados a produtos tradicionais	Novos projetos de espécies vegetais autóctones com interesse económico local (soutos, medronhais ou outras) Efetivo caprino e sua distribuição por freguesia

5.3.5.2 Situação existente e análise de tendências

No concelho de Oleiros foi inventariado um conjunto de valores patrimoniais de natureza arqueológica e arquitetónica, objeto de medidas de salvaguarda, valorização e divulgação. No que respeita a imóveis com valor cultural, salienta-se a existência de um imóvel classificado de interesse municipal, a Capela da Misericórdia de Álvaro. Existiam, ainda, à data, três imóveis em vias de classificação, designadamente a Igreja Matriz de Oleiros/ Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Capela de Nossa Senhora, Mãe dos Homens, e a Igreja da Misericórdia de Oleiros.

Relativamente a outros imóveis com valor patrimonial, e tendo como base de trabalho o PDM em vigor, o inventário efetuado pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e o trabalho de campo efetuado pelos técnicos da equipa que elaborou a Proposta

de Revisão do PDM, foram identificados alguns imóveis distribuídos pelas várias freguesias, tendo os diferentes exemplos sido agrupados em: Arquitetura Religiosa, Arquitetura Civil, e Estruturas de Apoio.

No concelho foram inventariados 21 sítios arqueológicos pelo Instituto Português de Arqueologia (2007).

Foram, igualmente, identificados três Sítios e nove Conjuntos notáveis que, pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico, arqueológico, natural ou social, se assumem como uma mais-valia do ponto de vista patrimonial, considerando-se importante a sua proteção e conservação.

Face ao panorama acima apresentado, verifica-se que os elementos construídos com valor patrimonial, com particular relevo para os Sítios e Conjuntos notáveis, devem continuar a ser alvo de ações reabilitação, potenciando-os como recursos turísticos do concelho e da região, criando, assim, oportunidades para a permanência de parte da sua população. A possibilidade de reabilitar pode prevenir o aparecimento de construção nova que frequentemente descaracteriza a paisagem.

A continuação do Programa das Aldeias de Xisto, vai ao encontro desta necessidade de reabilitação não só na perspetiva da sua potenciação turística como também da criação de melhores condições de vida da população das aldeias que venham a ser intervencionadas.

Contribuem, igualmente, para a preservação do património cultural do concelho a promoção de ações de Reabilitação Urbana para os núcleos antigos de Estreito, Isna, Madeirã, Oleiros, Orvalho e Vale de Souto.

O concelho de Oleiros abrange uma extensa área com potencialidades para o desenvolvimento de sistemas agro-silvo-pastoris, abrangendo praticamente todo o concelho, com aptidão para produzir produtos tradicionais de qualidade, contribuindo igualmente para potenciar a multifuncionalidade do território e a diversificação paisagística.

5.3.5.3 Efeitos esperados, oportunidades e riscos

A identificação, estudo, qualificação e recuperação dos elementos patrimoniais identificados, serão tarefas importantes na valorização turística do território pelo qual se encontram dispersos. Esta recuperação e valorização contribuirá de forma decisiva para habilitar o concelho de Oleiros com recursos de atratividade turística e ainda para a criação de oportunidades de emprego direto

e indireto. Estes elementos patrimoniais podem igualmente servir de base para a preservação e reforço da identidade local, com efeitos positivos na fixação de população.

O principal desafio será o de se ser capaz de preservar a autenticidade do património tangível e intangível identificado e ao mesmo tempo convertê-lo em oferta turística de qualidade.

No contexto atual, também relativamente a este FCD, o principal risco será o da forte limitação de disponibilidade de recursos financeiros, a nível público e privado, que permitam atingir os efeitos esperados de forma harmoniosa e integrada em tempo útil para a persecução dos objetivos de desenvolvimento turístico.

5.3.5.4 Diretrizes para seguimento

A eficácia das medidas e concretização dos efeitos esperados irá depender, em larga medida, da promoção (interna e externa) dos valores e recursos identificados por este FCD. Quer na vertente de orientação do investimento em atividades turísticas, quer na de priorização das ações de valorização dos recursos existentes, quer ainda na divulgação externa dos valores patrimoniais disponíveis localmente, o papel dos órgãos municipais será decisivo para que os efeitos esperados se possam concretizar.

De forma a permitir uma valorização adequada do Património Cultural existente no concelho de Oleiros, é fundamental a aplicação das medidas e linhas de orientação já contempladas no Capítulo VII Regulamento da proposta de revisão do PDM.

Não obstante o estabelecido na proposta de Regulamento, considera-se necessário que sejam criadas condições objetivas de acompanhamento da evolução dos indicadores já apresentados relativamente a este FCD.

Recomendam-se as seguintes medidas de gestão ambiental no sentido de atingir os objectivos de sustentabilidade:

- Classificação de imóveis, conjuntos ou sítios, considerando os de interesse municipal e pretendendo assegurar por este meio a sua manutenção e recuperação;
- Elaboração de estudos e prospeções nos locais com maior potencial arqueológico;
- Estabelecimento de procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica de acordo com a legislação aplicável;

- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infraestruturas que tragam implicações sobre este património;
- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;
- Certificação de produtos tradicionais, fomentando a sua produção e conseqüente manutenção dos sistemas tradicionais de exploração agro-silvo-pastoril.

6. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação do PDM de Oleiros, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia” (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para a Revisão do PDM de Oleiros, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas no **Quadro 25** as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas no futuro PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial.

Quadro 25 - Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Câmara Municipal de Oleiros	<ul style="list-style-type: none">- Apoiar as associações florestais na criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e controlo de espécies exóticas infestantes.- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none">- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água dos recursos hídricos e da qualidade do ar.- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Agência Portuguesa do Ambiente	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água.
Turismo de Portugal, I.P.	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver ações articuladas de divulgação dos programas e projetos de gestão e promoção turística referidos no plano.
Direção Regional da Cultura do Centro	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver de forma articulada os trabalhos de gestão, salvaguarda e conservação dos elementos patrimoniais identificados no plano.
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	<ul style="list-style-type: none">- Definir políticas e macro-estratégias de gestão florestal e conservação da natureza e assegurar a sua integração nas diversas políticas setoriais e a nível municipal.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none">- Operacionalização de operações de gestão de resíduos.- Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none">- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública.

7. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL

De acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, o Relatório Ambiental deverá conter uma descrição das Medidas de Controlo previstas, incluindo a respetiva monitorização, em conformidade com o artigo 11.º.

Neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e seguimento da componente ambiental, representando o modo como a AAE se deverá manter ativa para apoiar a implementação do plano, nomeadamente, através da definição de indicadores e parâmetros de monitorização e avaliação do desempenho ambiental. Avaliação sistemática de indicadores identificados para efeitos de AAE do plano, tem como objetivo avaliar e controlar, com periodicidade, os efeitos significativos do ambiente, decorrentes da aplicação do PDM, tendo em vista a correção de efeitos negativos imprevistos.

Contudo, estas medidas poderão sofrer eventuais ajustamentos, de modo a corrigir atempadamente efeitos negativos imprevistos, identificados na sequência da emissão da Declaração Ambiental.

Assim, a monitorização das opções estratégicas do plano será desenvolvida tendo em conta os seguintes objetivos:

- Contribuir para o sistema global de avaliação dos efeitos negativos no ambiente decorrente da implementação do plano e sua revisão;
- Avaliar periodicamente a eficácia das opções estratégicas definidas no plano para o alcance das metas e dos objetivos definidos no QRE;
- Avaliar a eficácia das diretrizes apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas;
- Possuir informação para futuras avaliações ambientais estratégicas a jusante da presente avaliação; Promover a participação e envolvimento das partes ou entidades interessadas no processo de implementação dos programas;
- Recolher informação sobre os indicadores ao nível dos projetos a selecionar no âmbito dos programas;
- Adaptar os indicadores selecionados e desenvolvidos de forma a serem ajustados em função da implementação do plano e da informação entretanto recolhida.

O **Quadro 26** apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do PDM de Oleiros.

Quadro 26 - Indicadores de sustentabilidade do Município de Oleiros

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base Município de Oleiros	Ano a que se refere o Valor Base
Gestão da Estrutura Ecológica	Planos de gestão e ações de conservação de espécies e habitats	n.º	0	2013
	Ações de conservação de espécies e habitats	n.º	A determinar anualmente	-
	Área do município integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico	ha	A determinar anualmente	-
	Intrusões visuais	n.º	A determinar anualmente	-
	Área abrangida por ações de controlo de espécies não indígenas com comportamento invasor.	ha	0	2013
	Zonas de Intervenção Florestal	n.º	0	2013
	Povoamentos florestais autóctones e de folhosas de folha caduca	ha	A determinar anualmente	-
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	n.º	6	2013
Ordenamento do Território	Participantes em eventos de Turismo de Natureza	n.º	3000	2013
	Taxa de execução do solo programado	%	A determinar anualmente	-
	Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos	%	A determinar anualmente	-
	Áreas integradas na REN, por tipologia	ha	A determinar anualmente	-
	Reclassificação do solo rural e do solo urbano	%	A determinar anualmente	-
	RAN utilizada para fins não agrícolas	%	A determinar anualmente	-
	Áreas excluídas da REN	%	A determinar anualmente	-
	Taxa de concretização das UOPG	%	A determinar anualmente	-
	Taxa de execução do espaço de actividades económicas	%	A determinar anualmente	-
	Empregos criados	n.º	A determinar anualmente	-
	Aumento do volume de negócios nas unidades empresariais em espaços ordenados	%	A determinar anualmente	-
	Recetores e população expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado para o <i>Lden</i> e <i>Ln</i> em zonas sensíveis e zonas mistas	n.º	A determinar anualmente	-
	Reclamações dos munícipes	n.º	A determinar anualmente	-
	Área dos espaços verdes urbanos ²	m ²	0	2013
	Qualidade Ambiental e Riscos Naturais	Intervenções municipais previstas na área da requalificação urbana	n.º	A determinar anualmente
Qualidade da água superficial e subterrânea ³		Classe	Bom	2013
Acessibilidade física do serviço de abastecimento de água		%	91	2013
Acessibilidade física do serviço de saneamento		%	52	2013
Acessibilidade física do serviço de recolha de RSU		%	93	2013
Densidade habitacional		n.º alojamentos/km ²	10,59	2011
Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites		n.º	A determinar anualmente	-
Consumo de combustível automóvel por habitante		tep/hab.	A determinar anualmente	-
Número de edifícios públicos com certificação energética		n.º	A determinar anualmente	-
Medidas para promover a eficiência energética dos edifícios		n.º	A determinar anualmente	-
Consumo de energia eléctrica por habitante		KW/hab	A determinar anualmente	-
Produção de energia através de recursos renováveis - potência instalada		MW	A determinar anualmente	-
Produção de resíduos		ton	1.529,753	2013
Valorização de resíduos		-	194,253	2013
Projetos de recuperação de áreas degradadas		n.º	0	2013
Incêndios florestais	n.º/ano	7-9	2013-2014	
Áreas ardidas	ha/ano	0,7108-1,1755	2013-2014	

Quadro 26 (cont.) - Indicadores de sustentabilidade do Município de Oleiros

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base Município de Oleiros	Ano a que se refere o Valor Base
Desenvolvimento Regional e Local	População residente por faixa etária	n.º	0-14: 394 15-24: 422 25-64: 2642 65 e +: 2263	2011
	Emprego por setor de atividade económica	%	CAE A: 5% CAE B-F: 51% CAE G-S: 43%	2012
	Taxa de natalidade de empresas (NUTS III)	%	9%	2012
	Emprego no setor florestal	n.º	A determinar anualmente	-
	Novos investimentos turísticos	n.º	A determinar anualmente	-
	Empregos criados no setor turístico.	n.º	A determinar anualmente	-
	Valor investido em equipamentos de utilização coletiva	Euro	A determinar anualmente	-
Paisagem e Património Cultural	Taxa de utilização de equipamentos coletivos	%	A determinar anualmente	-
	Obras de recuperação/ manutenção em edifícios com valor patrimonial	n.º	A determinar anualmente	-
	N.º de eventos associados ao uso de edifícios públicos com valor patrimonial	n.º	A determinar anualmente	-
	Sítios classificados e em vias de classificação	n.º	A determinar anualmente	
	Áreas arqueológicas	n.º	A determinar anualmente	
	Património arquitectónico classificado e em vias de classificação	n.º	A determinar anualmente	
	Projetos de espécies vegetais autóctones com interesse económico local (soutos, medronhais ou outras)	n.º	A determinar anualmente	-
	N.º total de explorações de caprinicultura	n.º	219	2014
N.º total de caprinos	n.	1165	2014	

¹ Consideramos as empresas existentes nas zonas industriais do concelho

² Esta categoria não existe no PDM em vigor. Está previsto 5,3 ha na atual revisão.

³ Dados referentes à ribeira da Sertã, disponíveis no SNIRH.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem técnica efetuada no âmbito do presente Relatório Ambiental, está dirigida de forma relativamente estrita ao que foi proposto em termos de revisão do PDM, nos aspetos mais práticos da sua aplicação efetiva.

Os indicadores propostos permitem ao Município manter um quadro de acompanhamento e monitorização dos efeitos contextualizados no âmbito dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) e permitem o acompanhamento ambiental da sua atuação nos domínios correspondentes.

A aplicabilidade das medidas de acompanhamento propostas em cada contexto, é principalmente estratégica. Para as diferentes ações e decisões concretas, moduladas pela sua dimensão ou impacte potencial, não se dispensam evidentemente estudos e diagnósticos posteriores mais detalhados em sede de projeto.

O conceito de ambiente como valor a defender, presente de forma mais ou menos direta em todos os fatores críticos considerados, tem uma dimensão lata, da qual, pela importância que tem neste concelho, não se exclui em nenhum momento a presença humana.

Os indicadores propostos, ao terem já incorporados, em diversas das suas dimensões, os contributos das entidades com responsabilidades ambientais específicas e que constituem o Quadro de Governança para a Ação, permitem garantir que as opções estratégicas do Plano são coerentes, na sua aplicabilidade, com a defesa dos valores ambientais identificados nas suas diferentes facetas e dimensões, não se prevendo que delas decorram impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis.

BIBLIOGRAFIA

- Câmara Municipal de Oleiros (2008) Relatório do Plano Director Municipal - 1.ª Revisão, Oleiros.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2007) Proposta de Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 [FEDER], Coimbra.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2008) Proposta de Modelo Territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, Coimbra.
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Julho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio.
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2003), Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Colecção Estudos 9, MCOTA – DGOTDU, Lisboa.
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2007) Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território. Relatório. Anexo à Lei 58/2007, de 4 de Setembro, rectificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de Novembro de 2007.
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2008) Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documentos de Orientação DGOTDU 01/2008, DGOTDU, Lisboa.
- Direcção-Geral dos Recursos Florestais (2006) Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul.
- Directiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.
- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007) Quadro de Referência Estratégico Nacional - Portugal 2007-2013, Observatório do QCA II, Lisboa.
- Partidário, M.R. (2007) Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia - Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, 20 de Agosto, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS).

